UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Filosofia, Sociologia e Política
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política



Dissertação

Vozes femininas na política local: narrativas e experiências sobre a sub-representação na Câmara de Vereadores de Pelotas (2000–2024)

Taís Domingues Silveira

Pelotas, 2026

Taís Domingues Silveira

Vozes femininas na política local: narrativas e experiências sobre a sub-representação na Câmara de Vereadores de Pelotas (2000–2024)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia, Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Guilherme Camargo Massaú

Pelotas, 2026

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação da Publicação

D671v Domingues, Taís Dias

Vozes femininas na política local [recurso eletrônico] : narrativas e experiências sobre a sub-representação na Câmara de Vereadores de Pelotas (2000–2024) / Taís Dias Domingues ; Guilherme Camargo Massaú, orientador. — Pelotas, 2026.
90 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, 2026.

1. Participação política. 2. Gênero. 3. Sub-representação feminina. 4. Política local. 5. Vereadoras. I. Massaú, Guilherme Camargo, orient. II. Título.

CDD 320

Elaborada por Leda Cristina Peres Lopes CRB: 10/2064

Taís Domingues Silveira

Vozes femininas na política local: narrativas e experiências sobre a sub-representação na Câmara de Vereadores de Pelotas (2000–2024)

Dissertação aprovada, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciência Política, do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, da Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 30 de julho de 2026.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Guilherme Camargo Massaú (Orientador). Doutor em Direito Público pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

Prof. Dr. Marcelo Nunes Apolinário. Doutor em Derechos Fundamentales pela Universidad Autónoma de Madrid.

Profa. Dra. Rosangela Marione Schulz. Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, a Deus, por me sustentar e me abençoar ao longo de toda esta trajetória, especialmente nos momentos mais desafiadores, e por ter colocado em meu caminho pessoas fundamentais para a realização deste trabalho.

Ao meu marido, Stevan Silveira, pela parceria, compreensão e amor constantes, mesmo diante das adversidades, sendo meu principal incentivador ao longo deste percurso.

Aos meus pais, Ademir e Maria Paula, pelo apoio incondicional, pelos ensinamentos e por sempre acreditarem e incentivarem minha formação acadêmica.

Ao meu orientador, Professor Doutor Guilherme Camargo Massaú, pela orientação dedicada, pelos valiosos ensinamentos e contribuições essenciais para a construção desta dissertação.

Agradeço o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela concessão da bolsa de estudos, que possibilitou minha atuação como pesquisadora no Programa de Pós-Graduação e a realização deste importante momento em minha trajetória acadêmica.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Resumo

SILVEIRA, Taís Domingues. **Vozes femininas na política local:** narrativas e experiências sobre a sub-representação na Câmara de Vereadores de Pelotas (2000–2024). Orientador: Guilherme Camargo Massaú. 2026. 90f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2026.

Durante as últimas décadas, apesar de existirem mudanças significativas nas instituições e legislações, a representação das mulheres na Câmara de Vereadores de Pelotas segue sendo inferior em comparação aos homens, demonstrando que a sub-representação de gênero é ainda muito presente nesses espaços. O comparecimento das mulheres na política da cidade de Pelotas está historicamente ligado a pequenos avanços e permanências estruturais que interferem e limitam a atuação feminina nos espaços de poder. Com isso, buscou-se estudar as trajetórias, histórias e experiências de nove vereadoras eleitas em Pelotas, entre os anos de 2000 e 2024, buscando em seu cotidiano, compreender as condições que afetam a sua entrada e permanência na política local. Por meio de entrevistas semiestruturadas, juntamente com os dados fornecidos pelo Tribunal Superior Eleitoral, constrói-se uma abordagem qualitativa e quantitativa. Diante disso, faz-se notório uma série de desafios, desigualdades e faltas no exercício de seus mandatos, como a carga de responsabilidades resultantes da dupla jornada de trabalho e violência política de gênero. A lei nº 9.504/1997 colabora para que o número de candidaturas aumente, porém, não contempla proporcionalmente a conquista dos cargos eletivos. Portanto, a sub-representação feminina é formada por um conjunto de fatores culturais, estruturais e institucionais que ultrapassam os números e embora as cotas se apresentem como um progresso importante, a sua eficácia depende da adoção de medidas que garantam, de fato, condições reais de igualdade. Assim, é fundamental reforçar ferramentas que promovam não só o acesso, mas também o protagonismo e êxito das mulheres na esfera política.

Palavras-chave: participação política; gênero; sub-representação feminina; política local; vereadoras; lei de cotas; Pelotas.

Abstract

SILVEIRA, Taís Domingues. **Female voices in local politics:** narratives and experiences on underrepresentation in the Pelotas City Council (2000–2024). Advisor: Guilherme Camargo Massaú. 2026. 90f. Dissertation (Master's in Political Science) – Institute of Philosophy, Sociology and Politics, Federal University of Pelotas, Pelotas, 2026.

During the last decades, despite significant changes in institutions and legislation, the representation of women in the Pelotas City Council remains lower compared to men, demonstrating that gender underrepresentation is still very present in these spaces. The participation of women in the politics of the city of Pelotas is historically linked to small advances and structural continuities that interfere with and limit female participation in positions of power. This study aimed to examine the trajectories, histories, and experiences of nine female councilors elected in Pelotas between 2000 and 2024, seeking to understand, through their daily lives, the conditions that affect their entry into and permanence in local politics. A qualitative and quantitative approach was constructed using semi-structured interviews along with data provided by the Superior Electoral Court. The study reveals a series of challenges, inequalities, and shortcomings in the exercise of their mandates, such as the burden of responsibilities resulting from the double workload and gender-based political violence. Law No. 9,504/1997 contributes to an increase in the number of candidacies; however, it does not proportionally reflect the achievement of elected positions. Therefore, female underrepresentation is formed by a set of cultural, structural, and institutional factors that go beyond mere numbers. Although quotas represent an important step forward, their effectiveness depends on the adoption of measures that truly guarantee real conditions of equality. Thus, it is fundamental to reinforce tools that promote not only access but also the protagonism and success of women in the political sphere.

Keywords: political participation; gender; female underrepresentation; local politics; female councilors; quota law; Pelotas.

Lista de Figuras

Figura 1 Marcos da presença feminina na Câmara Municipal de Pelotas de 1832 a 1993.....24
Figura 2 Pioneiras na luta feminista..... 30
Figura 3 Posse de Bertha Lutz na câmara dos deputados em 1936..... 31
Figura 4 Carlota Pereira Queiroz, 1ª Deputada eleita no país (1934).....32
Figura 5 Alzira Soriano, 1ª prefeita eleita no país (1929).....32
Figura 6 Eunice Michiles, 1ª senadora eleita no país (1979)..... 33

Lista de Quadros e Tabelas

Quadro 1 Presidentes da Câmara Municipal de Pelotas de 1936–2020..... 22
Quadro 2 Mulheres eleitas vereadoras em Pelotas de 2000 a 2024..... 23
Quadro 3 Evolução da lei de cotas de gênero..... 35

Lista de Abreviaturas e Siglas

IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
DF	Distrito Federal
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
TRE	Tribunal Regional Eleitoral
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Sumário

1 Introdução..... 10

2 Capítulo 1: O histórico político da cidade de Pelotas.....13

2.1 História de Pelotas..... 14

2.2 Pelotas e a Política: da institucionalização à Câmara de Vereadores..... 19

3 Capítulo 2: A conjuntura histórica da participação feminina na política.....27

3.1 A participação feminina na política brasileira da Primeira República à redemocratização..... 27

3.2 Participação política, representação e cotas de gênero..... 33

4 Capítulo 3: Aspectos teórico-metodológicos..... 39

4.1 A teoria do cotidiano de Agnes Heller e suas contribuições..... 39

4.2 Metodologia..... 42

4.2.1 História Oral.....45

5 Resultados e Discussões..... 51

5.1 Levantamento e análise de dados eleitorais..... 51

5.2 Roteiro semi-estruturado de entrevista..... 55

5.3 Análise das Entrevistas..... 57

5.3.1 Recursos Financeiros..... 58

5.3.2 Trajetórias de inserção na política.....59

5.3.2.1 Engajamento em causas sociais e comunitárias..... 59

5.3.2.2 Formação política e militância..... 60

5.3.2.3 Convicções pessoais e religiosas.....61

5.3.2.4 Inserção por oportunidade política..... 61

5.3.2.5 Expectativas em relação ao mandato..... 62

5.3.3 Desafios e barreiras à participação política feminina.....63

5.3.3.1 Violência política de gênero..... 63

5.3.3.2 Barreiras institucionais..... 65

5.3.3.3 Conciliação entre vida pessoal e mandato.....65

5.3.3.4 Relações de gênero e permanência na política..... 66

5.3.4 Cotas de gênero..... 68

6. Discussão dos resultados..... 70

7. Considerações Finais..... 75

Referências..... 77

1 Introdução

A história política e social do município de Pelotas é caracterizada pela colonização portuguesa, pelo desenvolvimento econômico impulsionado pelas charqueadas e por apresentar uma estrutura social profundamente desigual, constituída a partir do trabalho escravizado O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2007) indica que no decorrer do século XIX, a cidade de Pelotas se estabeleceu como um importante polo econômico do sul do Brasil, formando uma identidade associada às elites charqueadoras e aos padrões tradicionais de poder. Desse modo, o poder econômico e a influência social impactou diretamente na organização política estabelecida, caracterizada, por adotar ao longo do tempo, práticas elitistas, coronelistas e uma baixa renovação dos seus quadros representativos.

Em escala nacional, o percurso das mulheres na política brasileira segue um roteiro parecido de avanços intercalados por interrupções. Hogemann (2024) descreveu esse caminho como marcado por um passado de afastamento, progressos leais pontuais e pela persistência de desigualdades de tratamento. O direito ao voto, conquistado em 1932, após a mobilização de lideranças como Bertha Lutz e Leolinda Daltro, e a igualdade formal da Constituição de 1988 não foram suficientes, isoladas, para levar as mulheres aos espaços de decisão. A Lei nº 9.504/1997 tentou responder a esse quadro de sub-representação histórica instituindo um percentual mínimo por sexos, mas isso não se traduziu em mulheres eleitas. A literatura aponta que a desigualdade vai além dos números, abrange fatores estruturais, associados a recursos, apoio partidário e capital político.

Esse desequilíbrio se manifesta, também, em Pelotas. A composição da Câmara de Vereadores da cidade, retrata dinâmicas que se conectam com esse cenário de permanente predominância de políticos masculinos, e aumento de candidaturas que não resultam em vereadoras eleitas. Diante disso, a pesquisa propõe investigar a participação das mulheres na política pelotense na Câmara de Vereadores, entre 2000 e 2024, por meio de dados quantitativos e entrevistas semiestruturadas com nove vereadoras eleitas nesse período. Busca-se, com isso, compreender e reconhecer padrões, tensões e limitações que revelam dinâmicas de gênero na política da cidade. Como estratégia metodológica, utilizou-se a História Oral, que permite acessar, através de narrativas, memórias e vivências, relatos de mulheres que fizeram parte da política local, ou ainda estão no cenário

político. Relatos que evidenciam obstáculos, percepções, métodos e desigualdades cotidianas, dificilmente descritas em documentos oficiais. A esse método foi associada a abordagem da História do Cotidiano, a partir de Agnes Heller, que colabora para o entendimento de que os indivíduos estão sempre inseridos em uma vida cotidiana e em relações que a constituem, essa perspectiva nos ajuda a compreender como as estruturas políticas e sociais moldam as oportunidades e os desafios enfrentados por mulheres, assim como as estratégias que desenvolvem para entrar, permanecer e entender o meio político.

No que tange ao aspecto teórico, esta dissertação desenvolve discussões entre Ciência Política e História. Utilizando como base pesquisas de autoras como Mônica Sapucaia (2017) e Flávia Biroli (2018) que sublinham as limitações das políticas de cotas e a continuidade das desigualdades de gênero no acesso ao poder. A teoria da representação política de Hanna Pitkin (1967), que tornou possível diferenciar entre representação descritiva, relacionada à presença numérica e representação substantiva, que aborda a habilidade de influenciar as decisões políticas. Autoras como Agnes Heller (2000), Corrent (2022) e Moss (1991), reforçam o entendimento, cada uma ao seu modo, da importância de recuperar e ouvir experiências e narrativas que foram historicamente silenciadas, e Alessandro Portelli (2010) baseia a opção metodológica da História Oral.

Embora existam trabalhos com foco na Câmara de Vereadores de Pelotas e seus vereadores, como o do autor Moreira e Silva (2018) e a pesquisa de Domingues (2024), poucos articulam narrativas obtidas através de entrevistas a dados eleitorais de longo prazo, para compreender o cotidiano das mulheres no espaço político e o diálogo desse ponto com a sua sub-representação.

Por fim, a importância central deste estudo está na necessidade de observar detalhadamente os elementos que reproduzem as desigualdades de gênero e a sub-representação de mulheres na esfera política. Portanto, a pesquisa procura compreender os mecanismos que sustentam a sub-representação feminina no Legislativo municipal de Pelotas, ao evidenciar as limitações e obstáculos estruturais persistentes, demonstrando que esse tema não é uma questão secundária, mas uma condição necessária para o fortalecimento da democracia e a construção de políticas públicas mais inclusivas e representativas.

A dissertação é composta por essa introdução, seguida de dois capítulos e contextualização histórica e política, contendo também a construção

teórico-metodológica. Um capítulo de exposição, análise e discussão dos achados empíricos da pesquisa em diálogo com a perspectiva teórica adotada. E, por fim, as considerações finais e referências.

2 Capítulo 1: O histórico político da cidade de Pelotas

A sub-representação feminina nos espaços legislativos constitui um problema produzido por fatores históricos, institucionais e sociais que se modificam ao longo do tempo e dos contextos (Matos, 2011). Mesmo que a ampliação dos direitos políticos das mulheres ao longo do tempo tenha melhorado as possibilidades de acesso à cargos eletivos, a distribuição desses cargos continua marcada por desigualdades que podem ser compreendidas para além do olhar exclusivo para as regras eleitorais. Assim, entende-se que analisar esse processo exige a consideração da formação das instituições políticas responsáveis por organizar a representação política, de influenciar o recrutamento e os seus critérios e as normas formais e informais que o constituem (Mackay et al., 2010).

Guia a compreensão desse capítulo o conceito de path dependency, ou dependência de trajetória, que demonstra que as instituições são resultado de processos cumulativos e que as decisões e comportamentos realizados em momentos específicos têm impacto no desenvolvimento futuro de alternativas, restringindo mudanças e favorecendo a continuidade de instituições e dinâmicas históricas, pois produzem mecanismos de autorreforço (Mahoney, 2000). Nessa avaliação, a representação e as instituições políticas são constituídas como resultados de processos históricos de longa duração nos quais regras formais, práticas políticas e relações sociais são reproduzidas.

No Brasil, a formação das instituições políticas esteve associada à colonização portuguesa, às grandes propriedades, ao trabalho escravizado e ao patriarcalismo. Conforme observou Carvalho (2007) esses elementos estruturam as relações de poder que permaneceram durante a formação do Estado nacional e influenciaram a organização das instituições de representação política. O autor descreve que entre o período colonial e o século XX verifica-se semelhante continuidades na economia, na composição das classes sociais, e nas formas de exercício de poder político, mesmo com as transformações promovidas pela Independência, ela abolição da escravização, e pela Proclamação da República (Carvalho, 2007). A permanência dessas estruturas contribuiu para a restrição histórica da participação política das mulheres (Carvalho, 2007; Dantas; Ribeiral, 2015).

Parte-se dessa ideia para expôr a formação sociopolítica de Pelotas, Rio Grande do Sul, pois a constituição do município esteve vinculada ao processo de

ocupação da fronteira pela coroa portuguesa, e à expansão da economia do charque, que esteve baseada nas grandes propriedades e no trabalho escravizado. Como demonstram Loner, Gill e Magalhães (2023), a ocupação desse território ocorreu impulsionada pelos deslocamentos impostos pelas invasões espanholas na Colônia de Sacramento e em Rio Grande, além da criação da Câmara Municipal, em 1832, ter ocorrido nesse contexto de consolidação econômica e política das elites charqueadoras, como descrito neste capítulo mais detalhadamente. A reconstrução do histórico político de Pelotas constitui uma etapa necessária desta pesquisa porque a configuração atual da representação política resulta de um processo histórico de formação das instituições, no qual a ampliação dos direitos políticos ocorreu de maneira gradual e cumulativa, preservando estruturas e práticas que influenciaram o acesso aos espaços de poder ao longo do tempo (Dantas; Ribeiral, 2015).

2.1 História de Pelotas

A investigação da trajetória histórica de Pelotas está ligada ao princípio de que a formação social do município está associada aos processos que estruturaram, ao longo do tempo, os arranjos de poder que moldam a composição da Câmara de Vereadores. Compreender de que maneira a cidade se constituiu, quem a povoou, sob quais condições econômicas se desenvolveu e que hierarquias sociais se consolidaram permite situar, dentro de uma perspectiva histórica, os mecanismos que viriam a impactar em alguma medida, séculos depois, o acesso desigual das mulheres aos espaços políticos locais. A dependência de trajetória que orienta a construção deste capítulo demonstra que Pelotas é um caso que evidencia como os processos econômicos e sociais iniciados no período colonial junto das instituições políticas permaneceram influenciando as configurações da vida pública municipal, e é a partir dessa premissa que se reconstitui, aqui, o processo de formação social da cidade.

A ocupação portuguesa que viria a constituir Pelotas remonta à segunda metade do século XVIII, quando as invasões espanholas às povoações de Sacramento, em 1762, e de Rio Grande, em 1763, provocaram o deslocamento de parcela significativa da população que estava estabelecida nessas localidades, para a região atual do município (Loner; Gill; Magalhães, 2023). Entre os deslocados estavam descendentes de cerca de sessenta casais oriundos de Trás-os-Montes e

do Minho, que haviam chegado à fortaleza de Sacramento ainda em 1718, junto das famílias de origem açoriana e madeirense que estavam fixadas em Rio Grande desde 1740. Tratava-se, portanto, de uma população que já estava organizada em torno de vínculos de origem, ofícios e parentesco, que, ao se reassentar no território pelotense, reproduziu entre si redes de pertencimento que foram trazidas do outro lado do Atlântico, e, essa continuidade de vínculos familiares e comunitários entre populações deslocadas, ofereceu a base social sobre a qual, décadas depois, seria organizada a estrutura produtiva e política do município, como será demonstrado.

O marco fundacional da cidade costuma ser atribuído a 1758, quando Gomes Freire de Andrade, então governador e general português, concedeu ao coronel Thomáz Luiz Osório uma extensão de terras às margens da Lagoa dos Patos, em reconhecimento aos seus serviços prestados durante conflitos militares na fronteira sul (IPHAN, 2007). Assim, a instalação efetiva da povoação avançou ao longo das décadas seguintes, intensificando-se a partir de 1763, com a chegada das pessoas deslocadas pela guerra e, depois, dos colonos oriundos da própria Colônia de Sacramento, após sua transferência definitiva para a coroa espanhola pelo Tratado de Santo Ildefonso.

O nome que hoje identifica a cidade tem origem nas pequenas embarcações de varas de corticeira revestidas de couro, em formato arredondado, utilizadas pelas populações indígenas da região para atravessar os rios, denominação que se consolidou oficialmente apenas em 1835, após a elevação da Freguesia de São Francisco de Paula à condição de vila, em 1832 (Meira et al., 2017). Foi ainda nesse contexto de povoamento inicial que, em 1780, o português José Pinto Martins, natural do Porto e radicado no Ceará, instalou às margens do Arroio Pelotas a primeira charqueada da região, dando início a um ciclo econômico que definiria, por mais de um século, a identidade produtiva e social do território pelotense (Magalhães, 1997).

A economia charqueadora, consolidada a partir de então, esteve integralmente fundamentada em trabalho escravizado. A produção de charque exigia que um grande número de mão de obra fosse submetido a condições de trabalho severas, associadas à exposição prolongada ao sal, ao calor dos galpões de salga e a jornadas extenuantes, fatores que resultaram em ferimentos e reduzida expectativa de vida entre os escravizados (Azevedo, 2013), que incluíam crianças e jovens tanto na região de Rio Grande quanto de Pelotas (Resende, 2023). Pelotas

chegou, inclusive, a se consolidar como um destino preferencial para escravizados considerados de temperamento resistente ou insubordinados, dada a reputação de rigor das suas charqueadas (Ávila; Ribeiro; Ribeiro, 2018). O recenseamento de 1814 já registrava que, em uma população de 2.419 habitantes, 1.225 pessoas eram escravizadas, proporção que evidencia a centralidade da escravização na composição demográfica da cidade nesse período inicial (Meira et al., 2017). a riqueza gerada por esse sistema produtivo permitiu aos proprietários das charqueadas ampliar suas influências em níveis econômicos e sociais, a ponto de o século XIX registrar, apenas em Pelotas, a concessão de nove títulos de barão, dois de visconde e um de conde, o que valeu à cidade a alcunha de aristocracia do charque e de capital nacional do doce, esta última associada ao comércio de açúcar trazido nas mesmas embarcações que exportavam carne seca para o Nordeste do Brasil (IPHAN, 2007).

Assim, essa concentração de poder econômico nas mãos de uma elite proprietária de terras e de pessoas escravizadas não constitui apenas um dado histórico regional, mas apresenta, no sentido proposto por Mahoney (2000), um mecanismo de auto-reforço que viria a moldar a distribuição de poder político em Pelotas para além da abolição da escravatura e da Proclamação da República. O meio público que se desenvolveu nesse período foi, desde sua origem, uma esfera masculina, branca e proprietária de terras e bens, na qual mulheres, pessoas negras e trabalhadores pobres foram objeto de governo de outros e não sujeitos de decisões. Essa exclusão integra o mesmo processo histórico que, segundo Carvalho (2007), impediu que a ampliação formal de direitos políticos ocorrida ao longo do século XX se traduzisse em uma reconfiguração igualitária das relações de poder existentes nas instituições locais, o mesmo percurso de avanços legais que são acompanhados da permanência de barreiras estruturais que Hogemann (2024) identifica na trajetória nacional das mulheres na política, que encontra, portanto, em Pelotas, uma expressão municipal anterior ligada a processos que remontam à própria formação econômica da cidade.

O crescimento do comércio charqueador impulsionou também a exportação regional por meio do Canal São Gonçalo, através do qual charque, couros, sebo e graxa chegavam a representar mais de três quartos das exportações da província (Vargas, 2016). O volume dessas trocas comerciais atraiu à cidade, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX, um fluxo migratório mais diversificado.

Segundo Vargas (2016), o censo de 1899 indicava, para uma população de 24.621 habitantes, a presença de 4.546 estrangeiros, equivalente a 18,46% do total, dos quais 43,6% eram portugueses, seguidos por contingentes italianos, uruguaios, espanhóis, alemães e franceses. Esse processo migratório, no sentido associativo, produziu instituições que organizaram a vida social e assistencial da cidade segundo critérios de origem e pertencimento: como a Santa Casa de Misericórdia, fundada em 1847, e a Beneficência Portuguesa, criada uma década depois, seguidas pelo Congresso Português Primeiro de Dezembro, em 1895, e pelo Grêmio República Português, em 1901, que se fundiram em 1926 no Centro Português, cuja sede campestre seria ampliada ainda em 1966. A multiplicação dessas associações revela uma sociabilidade civil organizada em torno de fronteiras étnicas e de classe que, tanto quanto a estrutura produtiva charqueadora, contribuíram para definir quem, na cidade, era reconhecido como interlocutor legítimo perante o poder público e quem permanecia à margem desse espaço.

O desenho espacial da cidade expressava essas mesmas hierarquias. Tomando como referência a leitura de Ávila, Ribeiro e Ribeiro (2018) fizeram de Michel de Certeau é possível compreender Pelotas como um espaço de fronteira entre o centro urbano e a zona rural do entorno, uma fronteira, conforme descrevem, que não é só geográfica mas também simbólica, pois, por exemplo, a Serra dos Tapes, na zona rural, aparecia associada a um território de resistência e de maior liberdade, enquanto o núcleo urbano concentrava as estruturas administrativas ligadas à manutenção do trabalho escravizado. Essa divisão espacial reforça o argumento de que as fronteiras entre inclusão e exclusão em Pelotas se organizaram, desde o período colonial, de maneira sobreposta entre território, raça, classe e, como se buscará demonstrar aqui, também gênero. Do ponto de vista geográfico, o município ocupa atualmente uma área de 2.205 quilômetros quadrados na metade sul do Rio Grande do Sul, 58 quilômetros do porto de Rio Grande, um dos principais complexos portuários da região sul do país. Portanto, trata-se de um município de porte territorial intermediário quando comparado a municípios maiores do estado. Segundo o Censo de 2022 do instituto Brasileiro de Geografia Estatística, Pelotas possui atualmente 325.685 habitantes, dos quais 173.562, aproximadamente 53,29% do total, são mulheres, e 152.123, equivalente a 46,71%, são homens. Esse dado merece ser retido desde já, pois evidencia que a maioria da população pelotense é composta por mulheres, o que torna ainda mais expressivo o

contraste, explorado nos capítulos seguintes, entre essa presença demográfica majoritária das mulheres e a sua reduzida presença na política do município.

Ao longo do século XX, a base econômica de Pelotas passou por uma reconfiguração importante. O ciclo do charque, que sustentou a cidade por mais de um século e que ainda hoje define parte importante de seu patrimônio histórico, cedeu espaço para uma nova orientação produtiva centrada na industrialização de conservas de frutas, sobretudo o pêssego, a constituição desse Distrito Industrial impulsionou a região a se tornar a maior produtora nacional de compotas de pêssego, ainda que atualmente hajam poucas empresas estruturadas (Ferreira, 2008). Essa transição econômica, embora tenha alterado o produto central da economia local, não rompeu de maneira significativa com os padrões de concentração de propriedade e de poder que caracterizaram o ciclo anterior.

Como grande parte dos municípios do Brasil de origem colonial e monárquica, Pelotas teve sua trajetória institucional marcada por diferentes e sucessivas categorias administrativas antes de possuir autonomia. O território foi desde a condição de freguesia em 1812, por assinatura do príncipe regente de Portugal, na qual ainda permanecia subordinada administrativamente à Rio Grande (Magalhães, 2012), à ser reconhecida como vila em 1830, por meio de lei provincial, em 1832 foi efetivada sua instalação como Vila de São Francisco de Paula (Moreira; Silva, 2018). O nome Pelotas se consolidaria alguns anos depois com a proposta do Deputado Provincial Xavier Ferreira de homenagear o arroio Pelotas, em detrimento da manutenção de seu nome anterior, então defendida por outros parlamentares (Moreira; Silva, 2018). A escolha sintetiza a associação entre a formação política do município e a economia charqueadora já discutida aqui, consolidar Pelotas enquanto entidade política era também consolidar o prestígio dos grupos que haviam prosperado com a venda do charque, e que passaram a dispor, com a criação da Câmara Municipal, de canal próprio para formalizar suas demandas e opiniões, sem depender das decisões tomadas na Câmara de Rio Grande.

A historiografia dedicada a Pelotas conta com contribuições consolidadas de autores como Alberto Coelho da Cunha, João Simões Lopes Neto, Fernando Osório, Heloísa Assumpção do Nascimento, Ângelo Pires Moreira, Mario Osorio Magalhães e Eduardo Arriada, entre outros que se dedicaram a reconstituir a formação econômica, urbana e cultural do município desde sua fundação até os dias atuais (Meira *et al*., 2017). Essa produção, no entanto, concentrou-se preferencialmente

nos aspectos econômicos, arquitetônicos e culturais da cidade, sem que a trajetória política das mulheres pelotenses tenha recebido tratamento equivalente. É justamente essa lacuna que esta pesquisa busca começar a preencher, ao situar a formação socioeconômica e demográfica do município como pano de fundo necessário para compreender, nas seções seguintes, como esses processos se traduziram institucionalmente na organização do poder político local. Compreendida a formação social de Pelotas a partir da colonização portuguesa, da economia escravista do charque e da posterior transição produtiva, cabe agora acompanhar de que maneira essas condições históricas se converteram em instituições políticas concretas. A seção seguinte, Pelotas e a política: da institucionalização à Câmara de Vereadores, retoma esse percurso a partir da elevação da povoação à condição de vila e da instalação da própria Câmara Municipal, buscando demonstrar como a estrutura de poder herdada do período colonial e imperial permaneceu presente na organização institucional do legislativo local.

2.2 Pelotas e a Política: da institucionalização à Câmara de Vereadores

A trajetória política da cidade de Pelotas está ligada a esse histórico apresentado anteriormente, da sua base social e econômica. O município que se formou em torno das charqueadas e do trabalho escravizado produziu uma elite que converteu a riqueza acumulada na exportação de charque em capital político (Bourdieu, 2011), ocupando desde o século XIX os espaços de decisão local (Lemos, 2020). Compreender seu histórico político exige, portanto, observar como essa elite econômica se transformou em uma elite política e como as instituições responsáveis pela representação e administração pública da cidade foram, ao longo do tempo, moldadas por essa continuidade.

Duas dimensões ajudam a compreender essa trajetória, segundo Barreto (2015). Uma delas corresponde à questão das disputas de poder, entre grupos e indivíduos que buscam ocupar cargos e influenciar decisões, nessa dimensão prevalecem interesses particulares, alianças familiares e disputas eleitorais. A outra remete à condução de projeto de interesse coletivo, da sociedade, à formulação de políticas públicas voltadas ao bem comum, uma tarefa que cabe essencialmente ao poder público e frequentemente exige romper com interesses privados imediatos. Ao longo da sua história, a Câmara Municipal de Pelotas concentrou essas duas dimensões, funcionando como uma arena de disputas entre grupos e famílias locais

e como instância responsável pela condução de políticas de interesse coletivo. Assim, compreender esse âmbito como uma arena política, para além de uma sede administrativa do município, permite entender as mudanças institucionais ocorridas ao longo do tempo, principalmente sobre quem teve acesso a esse espaço de decisão e quem ficou excluído. Ainda demonstrando o entrelaçamento dessas duas dimensões na história do município, que, pensado em coletividade, empobreceu ao ver sua matriz econômica perder dinamismo e não conseguiu superar o abismo social herdado do regime escravocrata que originou a sua riqueza, e essa dificuldade ajuda a entender por que a política local pelotense permaneceu reproduzindo hierarquias já estabelecidas por tanto tempo (Lemos, 2020).

Estudos sobre a política municipal brasileira, como Muniz (2018), apontam que, historicamente, o poder local expressou uma projeção do poder privado, do período imperial à República Velha, prolongando-se pelo regime militar e caracterizando relações de dependência entre centro e periferia. Só a partir da década de 1970, com os processos de urbanização, modernização e redemocratização a cidade passa a ser entendida como um espaço possível de fortalecimento democrático e aproximação entre governo e cidadãos que, segundo autores como Magalhães (2012), Barreto (2015) e Muniz (2018), foi palco de experiências democráticas mesmo que a superação das desigualdades históricas e a ampliação da participação política tenham permanecido, em grande medida, incompletas, principalmente no que se refere à participação política das mulheres.

Já a literatura sobre representação política de mulheres no Brasil é extensa quando se trata do legislativo federal e das assembleias estaduais, mas é mais escassa quando objeto de análise é o âmbito municipal. Estudos como os de Araújo (2001; 2010) e de Biroli (2016; 2018) discutem as potencialidades e os limites das políticas de cotas e o acesso das mulheres ao legislativo nacional de maneira comparada, e Meireles e Andrade (2017), a partir de dados de dez mil eleições municipais brasileiras, demonstram que a magnitude das câmaras, ou seja, o número de cadeiras em disputa, afeta diretamente a probabilidade de mulheres serem eleitas vereadoras. Meireles e Andrade evidenciam uma dimensão institucional da sub-representação feminina nos municípios, que, se soma a fatores culturais. Mas são poucos os trabalhos que tratam de estudos de caso de como a sub-representação ocorre em municípios, como esta pesquisa.

A primeira Câmara Municipal de Pelotas foi composta por sete vereadores, que exerciam funções executivas e legislativas, conforme o modelo parlamentarista vigente no país. O vereador mais votado assumia automaticamente a presidência do colegiado e respondia pela execução das leis por ele mesmo elaboradas, um arranjo institucional que concentrava o poder político e administrativo, que perdurou até 1889. Esse desenho, comum nas câmaras municipais do império, favorecia a aliança entre administração pública e os interesses privados, na medida em que os próprios integrantes das elites econômicas ocupavam as funções de legislar, executar e fiscalizar, uma condição contextual para consolidar as práticas coronelistas. A Proclamação da República instituiu a separação entre os poderes executivo e legislativo municipais. O cargo de chefe do executivo passou a ser chamado de Intendente, e o grupo legislativo recebeu a denominação de Conselho Municipal (Magalhães, 2012). A constituição rio-grandense de 1891 reforçou esse desenho, centralizando o maior poder no executivo e restringindo a autonomia do legislativo local (Loner; Gill Magalhães, 2023). Somente com a Constituição Federal de 1934 o modelo republicano atual seria consolidado, substituindo-se o Intendente pela figura do Prefeito e retomando-se, para o colegiado, o nome de Câmara Municipal, estrutura que permanece vigente até os dias atuais.

A primeira legislatura de Pelotas organizada sob esse novo desenho institucional tomou posse em janeiro de 1936, e deveria se estender até 1939, mas foi interrompido pelo golpe do Estado Novo, em 1937, quando Getúlio Vargas dissolveu as câmaras municipais de todo o país e suspendeu o regime democrático. O legislativo de Pelotas só seria reconstituído após a promulgação da Constituição de 1946, retomando o funcionamento regular a partir da legislatura que foi empossada em 1948 (Loner; Gill; Magalhães, 2023). A observação da sucessão de presidentes da Câmara Municipal de Pelotas ao longo do século XX permite identificar um padrão que atravessa diferentes conjunturas políticas nacionais, da redemocratização em 1946, ao regime civil-militar instaurado em 1964 e a abertura democrática iniciada nos anos 1980. O quadro a seguir trás essa sucessão, organizada a partir de Loner, Gill e Magalhães (2023).

Quadro 1 – Presidentes da Câmara Municipal de Pelotas de 1936–2020

Período	Presidentes	Contexto político e institucional	Observação
1936-1939	Antônio Augusto Assumpção Júnior; Fermiano Ramos Soares; Nelson Ferraz Viana	Primeira legislatura sob a Constituição de 1934; mandato interrompido pelo golpe do Estado Novo (1937)	Composição integralmente masculina
1948-1951	Ariano de Carvalho; José Ottoni Xavier; Alvacyr Faria Collares	Reconstituição da Câmara após a Constituição de 1946	Composição integralmente masculina
Décadas de 1950 a 1970	Álvaro Barcelos; Francisco Ribeiro da Silva; Rubens de Oliveira Martins; Jaime Gonçalves Wetzel; Wolney da Silva Vieira; Celso Garcia d'Ávila; Teófilo Alves Galvão; Mansur Macluf	Avanço da urbanização e permanência da elite tradicional charqueadora e patriarcal	Composição integralmente masculina
1964-1985	Sucessão de presidentes sob bipartidarismo Arena/MDB	Regime civil-militar; atuação legislativa restrita; permanência de famílias tradicionais	Composição integralmente masculina
Década de 1980 (redemocratização)	Rubens Ávila Rodrigues; Ivan Aune; Ricardo Nogueira; Nelson Harter Filho; José Artur D'Ávila Dias; Virgínia Fetter Gomes	Retomada da pluralidade partidária no processo de redemocratização	Única presidente mulher da série histórica
Décadas seguintes	Otávio Martins Soares; Ademar Fernandes de Ornel; Pedro Godinho da Silva; José Sizenando dos Santos Lopes; Adalim Medeiros; Milton Martins	Continuidade da disputa entre grupos políticos locais e partidos consolidados	Composição integralmente masculina

Fonte: elaboração da autora com base em Loner, Gill e Magalhães (2023).

O quadro evidencia dois aspectos centrais para compreender a política pelotense. O primeiro é a baixa renovação dos quadros dirigentes, sobrenomes e famílias que reaparecem em diferentes décadas, mesmo nas mudanças de regime, incluindo a transição do bipartidarismo imposto pelo regime civil-militar, entre Arena e MDB, para a pluralidade de partidos da redemocratização. O segundo é a composição de gênero, entre 1930 e 2020, apenas uma mulher, Virgínia Fetter Gomes, presidiu o legislativo municipal, o que configura exceção isolada dentro de uma trajetória amplamente masculina. Magalhães (2012) associa isso à identidade construída pela elite pelotense, que se percebe historicamente como guardiã de um legado de prestígio e distinção, disposição que contribuiu para perpetuar hierarquias

sociais e simbólicas.

A sub-representação na Câmara de Vereadores da cidade não esteve restrita somente às presidências da casa legislativa, mas na composição das eleitas para vereadoras, como será discutido durante toda esta pesquisa. O quadro 2 demonstra essa composição entre 2000 a 2024.

Quadro 2 – Mulheres eleitas vereadoras em Pelotas de 2000 a 2024

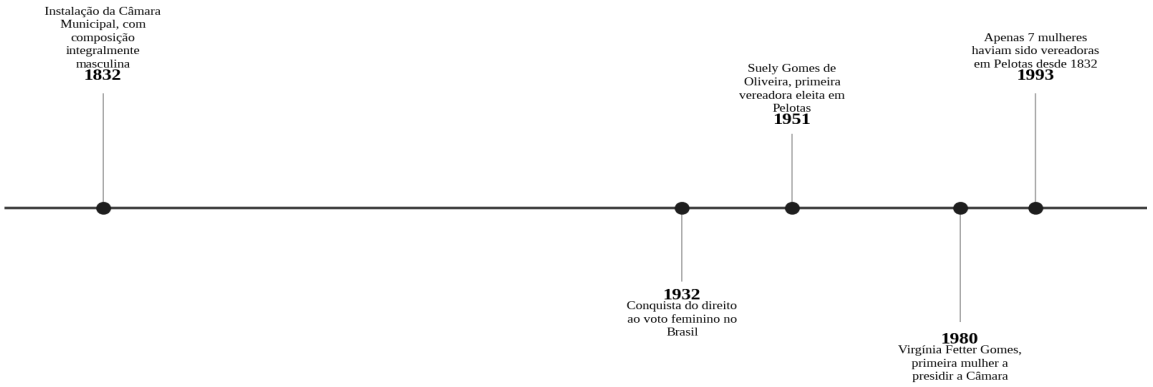
ANO	Nº eleitas	Nomes
2000	4	Maria Elisabete Garcia Rodrigues Maria Ieda Cardozo Barboza Jacira Porto Dos Santos Miriam Paz Garcez Marroni
2004	2	Diosma Martinez Nunes Miriam Paz Garcez Marroni
2008	1	Miriam Paz Garcez Marroni
2012	0	-
2016	4	Cristina Fernandes Oliveira Zilda Maria Treiber Bürkle Daiane Rodrigues Dias Fernanda Pinto Miranda
2020	4	Cristina Fernandes Oliveira Marisa Eloides Schwarzer Fernanda Pinto Miranda Miriam Paz Garcez Marroni
2024	3	Marisa Eloídes Schwarzer Fernanda Pinto Miranda Miriam Paz Garcez Marroni

Fonte: elaboração da autora com dados do TSE (2026).

A trajetória das mulheres no acesso ao poder político local acompanha, com atrasos, os marcos nacionais da conquista de direitos políticos nacionais. Em 1928, quatro anos antes do reconhecimento do voto feminino no país, o estado do Rio Grande do Norte já autorizava, por legislação estadual própria, que mulheres votassem e fossem votadas, elegendo Alzira Soriano prefeita do município de Lajes e Júlia Alves Barbosa e Joana Cacilda de Bessa intendentes municipais em Natal e Pau dos Ferros, cargo então equivalente ao de vereadora (Brasil, 2024). Em Pelotas, esse acesso foi mais tarde, a primeira mulher eleita vereadora do município foi Suely Gomes de Oliveira, que assumiu o mandato a partir de 1951, quase duas décadas depois da conquista do voto feminino em nível nacional, e que posteriormente se elegeu deputada estadual por cinco mandatos consecutivos (Gill apud Piegas, 2026). Segundo a historiadora Lorena Gill, professora da Universidade Federal de Pelotas e uma das organizadoras do Dicionário de História de Pelotas já

citado neste capítulo, entre a instalação da Câmara, em 1832, e o ano de 1993, apenas sete mulheres haviam ocupado o cargo de vereadora no município, ao longo de mais de cento e sessenta anos de funcionamento da instituição (Gill apud Piegas, 2026). A figura abaixo sistematiza esses marcos e demonstra que a exclusão das mulheres do Legislativo pelotense se manifestou tanto na ausência quase absoluta de mulheres na presidência da Câmara, já indicada, quanto na reduzida presença feminina no conjunto dos mandatos de vereadora ao longo de quase todo o período republicano, quadro que só começa a se alterar mais a partir da redemocratização e da instituição das políticas de cotas na década de 1990.

Figura 1 – Marcos da presença feminina na Câmara Municipal de Pelotas de 1832 a 1993



Fonte: elaboração da autora com base em Gill *apud* Piegas (2026).

Muniz (2018) ao investigar a carreira e a ambição política dos vereadores de Pelotas entre 1988 e 2012 sugere que parte importante dos mandatários busca reeleição ou migração para outros cargos eletivos dentro do mesmo círculo político local, movimento que tende a manter relativamente fechada a classe política municipal e dificulta o ingresso de grupos sociais novos como as mulheres. Esse achado dialoga diretamente com o quadro anterior e indica que a baixa renovação do legislativo de Pelotas vai desde o período anterior a redemocratização até, sob novas formas, a consolidação do pluripartidarismo. Além de ser também semelhante à distância entre presença social e política em escala nacional, como será discutido no capítulo seguinte. Compreender como se formou o contexto legislativo pelotense é importante para compreender por que a presença feminina nesse espaço permanece limitada.

Para além da sua composição, a Câmara Municipal de Pelotas cumpre um

conjunto de funções que a tornam centrais para a organização do município. A Constituição Federal de 1988, nos artigos 29, 29-A, 30 e 31, estabelece os princípios gerais da organização municipal, define a composição das câmaras, fixa competências legislativas e impõe limites aos gastos do Legislativo. A Lei Orgânica Municipal adapta essas diretrizes à realidade pelotense, definindo responsabilidades do prefeito, do vice-prefeito e dos vereadores, além dos direitos e deveres dos cidadãos do município. O Regimento Interno funciona como guia prático do cotidiano legislativo, detalhando o funcionamento das sessões, os procedimentos de votação, o tempo de fala dos parlamentares e a organização das comissões de trabalho. A função legislativa constitui o núcleo da atuação da Câmara. Cabe aos vereadores propor, discutir e votar emendas à Lei Orgânica do Município, leis complementares, leis ordinárias, decretos legislativos e resoluções, sempre em conformidade com as matérias de competência municipal. Após tramitação em sessões plenárias, as proposições podem ser vetadas, alteradas ou aprovadas, cabendo ao Poder Executivo sua implementação, sempre sob acompanhamento do Legislativo. A Câmara exerce também função de controle externo, fiscalizando as atividades do Executivo segundo critérios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência, com auxílio técnico do Tribunal de Contas do Estado, o que inclui o julgamento das contas da administração municipal. Quando identificadas irregularidades, o Legislativo possui autonomia para adotar medidas corretivas, atuando como instância de responsabilização da gestão pública. Duas funções adicionais completam esse conjunto. A função julgadora se manifesta em situações excepcionais, quando cabe à Câmara julgar o prefeito, o vice-prefeito ou os próprios vereadores por infrações político-administrativas previstas em lei, prerrogativa que reforça o papel fiscalizador do legislativo sobre os demais agentes públicos. A função administrativa está voltada à gestão dos assuntos internos da instituição, ao funcionamento cotidiano das sessões, à composição das comissões e à administração de recursos humanos e materiais, sendo regulada em detalhe pelo Regimento Interno. Essa dimensão administrativa garante à Câmara autonomia em relação ao Executivo e sustenta o equilíbrio entre os poderes municipais (Câmara Municipal de Pelotas, 2025).

Ao examinar diferentes funções, legislativa, de controle externo, julgadora e administrativa, a Câmara Municipal de Pelotas se consolida como instituição que ultrapassa a simples produção de leis, atuando como núcleo de fiscalização, debate

público e mediação entre governo e sociedade civil na cidade. Essa centralidade institucional contrasta, no entanto, com a homogeneidade de sua composição histórica, evidenciada tanto pela baixa renovação dos quadros dirigentes como pelos dados sobre o reduzido número de vereadoras eleitas. Ao longo de quase dois séculos, o espaço responsável por fiscalizar o poder público e por representar os interesses coletivos do município permaneceu ocupado, de maneira praticamente exclusiva, por homens vinculados às tradições familiares e econômicas da cidade.

O contexto pelotense só pode ser plenamente compreendido com a análise da participação política das mulheres no Brasil, tema que será tratado no capítulo seguinte. O capítulo 2 recupera esse percurso estruturado para Pelotas para olhar o Brasil, da Primeira República a redemocratização, e fornecerá a visão teórica para interpretar, os capítulos empíricos que seguem, os dados eleitorais relativos ao período entre 2000 e 2024 e os relatos colhidos junto às mulheres que integraram ou integram a Câmara de Vereadores de Pelotas, permitindo situar a experiência pelotense dentro do quadro mais amplo da sub-representação feminina na política municipal brasileira.

3 Capítulo 2: A conjuntura histórica da participação feminina na política

Como foi discutido no capítulo 1, a formação política de Pelotas esteve estruturada desde o período colonial por um arranjo de poder economicamente centrado e excludente, onde mulheres e pessoas negras e pobres foram afastados do espaço político (Carvalho, 2007; Mahoney, 2000). Já a formação da cidadania política das mulheres no Brasil, como será demonstrado nesse capítulo, tem uma trajetória mista de conquistas e mecanismos de exclusão (Hogemann, 2024; Mackay *et al*., 2010). Este segundo capítulo tem os objetivos de compreender os fatores que explicam a persistência da sub-representação feminina na Câmara de Vereadores de Pelotas.

3.1 A participação feminina na política brasileira da Primeira República à redemocratização

A exclusão de mulheres da vida política institucional brasileira remonta à própria fundação do regime republicano, a Constituição de 1891 ao definir os critérios de cidadania política não estendeu às mulheres o direito ao voto, mantendo-as confinadas ao espaço doméstico, em conformidade com uma cultura política tradicional que associava a esfera pública exclusivamente ao homem (Hogemann, 2024; Toledo; Jardim, 2019). Essa exclusão inicial decorreu de uma concepção deliberada de cidadania que reproduzia hierarquias de gênero, raça e classe herdadas do período colonial e imperial (Carvalho, 2007).

É nesse contexto que surgem, ainda nas primeiras décadas do século XX, os movimentos organizados de mulheres pelo voto feminino. Lideranças como Leolinda Daltro, fundadora do Partido Republicano Feminista em 1910, e Bertha Lutz, à frente da Federação Brasileira pelo Progresso Feminista a partir de 1922, articularam as demandas por voto mesmo que com projetos políticos diferentes entre si (Marques; Melo, 2008; Marques, 2016). A pressão desses movimentos, junto do contexto político do início da Era Vargas, resultou no reconhecimento do direito de votar e de ser votada às mulheres pelo Código Eleitoral de 1932, e depois incorporado à Constituição de 1934 (Costa, 2005; Barsted, 2011).

No vocabulário da acadêmica Hanna Pitkin (1967), a conquista de 1932 é um marco ligado à dimensão formal da representação política, por que a mulher passa a ser reconhecida como um sujeito que pode eleger e ser eleita, mas sem que essa autorização se transformasse em presença numérica (representação descritiva) ou a

capacidade de influência (substantiva). Um exemplo é, posterior a 1932, a atuação de Bertha Lutz, suplente empossada em 1936, que enfrentou resistências dentro do congresso nacional para a aprovação de políticas de regulamentação dos direitos femininos que estavam na Constituição de 1934 (Marques; Melo, 2008).

Em 1937 o golpe do Estado Novo interrompeu tanto o funcionamento do Congresso quanto o das câmaras municipais em todo o país, suspendendo por quase uma década o exercício da representação política recém conquistada pelas mulheres. A literatura indica que mesmo depois do processo de redemocratização de 1945-1946 a literatura indica que os direitos previstos na Carta de 1934 permaneceram frágeis e sujeitos a retrocessos, principalmente durante o regime civil-militar de 1964 (Marques; Melo, 2008; Costa, 2005). Porém, o processo de redemocratização, iniciado a partir de fins da década de 1970 e consolidado com a Constituição Federal de 1988, representa um novo marco na trajetória da cidadania política feminina no Brasil. A Constituição de 1988 consolidou formalmente a igualdade de direitos entre homens e mulheres (art. 5º, I) e serviu de base para a posterior instituição das políticas de cotas de gênero, tema desenvolvido na seção seguinte (Brasil, 1988; Machado, 2017).

Toledo e Jardim (2019) ressaltam que a Constituição Federal foi considerada um símbolo para oficializar os direitos humanos no Brasil, sendo apontado como o início da democracia e o fim do regime militar, consolidando como princípio do Estado democrático, a dignidade humana, bem como, a igualdade de direitos. De acordo com o Art. 5º da Constituição Federal de 1988: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (Brasil, 1988, art. 5º).

É indiscutível que os direitos e sua implementação não foram adquiridos facilmente, através de árduas lutas e ajuda considerável dos movimentos sociais ao longo do tempo obteve positivos avanços. Barsted (2011, p. 347) ressalva:

> [...] Tratados, Convenções e Pactos internacionais, que foram assinados pelo Brasil, e ratificados pelo Congresso Nacional brasileiro, têm status constitucional. As Declarações e Planos de Ação das Conferências Internacionais, assinados pelo Estado brasileiro, não têm força de lei nacional, mas tais documentos devem ser considerados como princípios gerais do direito democrático e, como tal devem orientar a produção legislativa e a interpretação da lei quando de sua aplicação. Da mesma forma, o conteúdo desses documentos oriundos do Ciclo de Conferências de Direitos Humanos das Nações Unidas deve ser absorvido pela doutrina jurídica como uma das fontes do direito nacional. Deve influenciar a

> formação das novas leis e de uma jurisprudência calcada nos valores dos direitos humanos. A consolidação de instrumentos legais internacionais de proteção aos direitos humanos das mulheres não significa, necessariamente, a produção de impacto imediato nas legislações e políticas nacionais. Em muitos casos, as decisões tomadas em fóruns internacionais, mesmo quando aprovadas por unanimidade, podem tornar-se mera retórica nos territórios nacionais. Por isso, para sua efetivação necessita da ação política dos movimentos sociais.

Destaca-se que “Nísia Floresta, Bertha Lutz, Francisca Senhorinha da Mota Diniz, Josefina de Azevedo e Leolinda Daltro, foram pioneiras e lideraram as primeiras conquistas feministas no Brasil” (Brasil, 2015, p. 6). Um marco importante, foi a criação do Partido Republicano Feminista em 1910, pela baiana Leolinda de Figueiredo Daltro. De acordo com Costa (2005), o partido tinha como propósito primordial, impulsionar a luta feminina pelo sufrágio e a Associação Feminista estava ligada com as greves operárias de 1918 em São Paulo. Ambas as organizações eram muito operantes e mobilizaram inúmeras mulheres a manifestações pelo direito ao voto, condições dignas de trabalho e educação para as brasileiras.

Leolinda, era conhecida como a “mulher do diabo” por seus perseguidores, principalmente por ser uma mulher divorciada, politicamente ativa e defensora dos direitos feministas e indígenas. O Tribunal Regional Eleitoral de Goiás (2024) explica que a iniciativa de criar o partido surgiu após seu pedido de alistamento eleitoral ser indeferido. Ela questionava veementemente a falta do voto feminino na Constituição de 1891, já que na constituinte de 1890 o tema, mesmo gerando discussões intensas, foi rejeitado sob a alegação de que poderia destruir a família tradicional brasileira.

Bertha Lutz foi a da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. “Bertha associou-se às mulheres com bom trânsito político e sobrenomes ilustres para formar a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, em agosto de 1922” (Marques, 2016, p. 23). Um fato importante sobre ambas as pioneiras já citadas, é a que tinham pensamentos e direcionamentos bem diferentes, a única pauta que as aproximava era a demanda pelo sufrágio. Bertha acreditava que as políticas de estado eram imutáveis e universais, considerava a educação um caminho importante, porém não direcionava as mulheres à independência financeira, se não fosse equiparada à igualdade dos homens mediante a lei.

Figura 2 - Pioneiras na luta feminista



Fonte: Brasil (2015).

Diante do desenvolvimento da nova Constituição, entre 1933 e 1934 as feministas realizaram grande pressão política a fim de ter suas teses aprovadas. Marques e Melo (2008) mencionam que Bertha já havia sido apontada por Getúlio Vargas para compor a comissão que formulou o anteprojeto, porém ao concluir que apenas isso não era o suficiente, buscou-se maior supervisão na conquista de mais direitos femininos. Entretanto, a pressão dada obteve resultados positivos, após influenciar na escrita de vários artigos da constituição, dentre eles, os que proporcionam sufrágio de mulheres e a sua elegibilidade, o ingresso de mulheres em carreiras públicas, assim como a reprovação na distinção de salários entre homens e mulheres ou estado civil. Marques e Melo (2008, p. 472) pontuam que:

> Nessa fase, as feministas se preocupavam em garantir os direitos inscritos na Constituição com a elaboração de leis ordinárias que os regulamentassem. A partir da posse do mandado na Câmara Federal, em julho de 1936, Bertha trabalhou pela criação de uma comissão especial para regulamentar os artigos da Constituição que diziam respeito às mulheres; Primeiramente, ela garantiu uma rubrica no orçamento federal para o ano de 1937 de modo a tornar viável a comissão parlamentar. Fez isso oferecendo emenda ao orçamento votado no final de 1936.

Figura 3 - Posse de Bertha Lutz na câmara dos deputados em 1936



Fonte: Brasil (2015).

De acordo com Marques e Melo (2008), Bertha mesmo contanto com os recursos financeiros que lhe foram garantidos e o apoio do governo, passou por adversidades para fortalecer suas alianças políticas no Congresso. Em 1937, fez parte da comissão para investigar a normatização dos direitos das mulheres previsto na Constituição de 1934. Ela também sugeriu a construção do Departamento Nacional da Mulher e uma extensa reforma nas condições civis, penais e sociais femininas, contudo, por haver discordâncias com Prado Kelly e Carlota Pereira de Queirós, as iniciativas não foram adiante.

“Como temiam as feministas, os direitos previstos na Carta de 1934 eram frágeis” (Marques; Melo, 2008. p. 474). Marques e Melo (2008) explicam que o fenômeno chamado Feminismo, nascido nos anos 50, foi um salto político muito importante para os avanços. A lei de 1962, pode ser entendida como uma modernização, com diversas restrições. Com a instauração do golpe de estado, resultando em uma Ditadura Militar, muitos dos direitos foram majoritariamente reduzidos, se não eliminados, como os direitos adquiridos a gestantes e carreiras públicas. Ainda assim, o Código Civil de 1916 continuou influindo sobre o caminho das mulheres, demonstrando a desigualdade de gênero. Costa (2005, p. 4) evidencia os “movimentos de mulheres juntamente com os demais movimentos populares, dos quais foram silenciados e massacrados”.

É determinante lembrar, conforme Costa (2005), que diante do golpe militar, grupos reacionários formados por mulheres da elite e classe média, tiveram muita relevância, pois davam apoio aos regimes militares presentes no Brasil. Porém, em outros lugares as mulheres foram manipuladas como “massa de manobra”, estratégia usado por partidos de direita e esquerda.

“A década de 1990 se inicia em uma situação de fragilidade dos organismos de governo para mulheres, bloqueados pelo clima conservador dominante no Estado e o descrédito no movimento autônomo” (Costa, 2005, p. 8). Diante desse cenário nasceram inúmeras categorias de organizações femininas, o crescimento do feminismo teve um papel primordial no incentivo à luta por condições melhores de trabalho, na diminuição de barreiras e nas resistências ideológicas. É nesse momento, que diversas mulheres, sendo as operárias, trabalhadoras rurais, sindicalistas ou até em associações de moradores, passaram a se identificar com o feminismo.

Figura 4 - Carlota Pereira Queiroz, 1ª Deputada eleita no país (1934)



Fonte: Brasil (2015).

Figura 5 - Alzira Soriano, 1ª prefeita eleita no país (1929)



Fonte: Brasil (2015).

Figura 6 - Eunice Michiles, 1ª senadora eleita no país (1979)



Fonte: Brasil (2015).

No que diz respeito ao Poder Executivo estadual, Roseana Sarney foi a primeira governadora eleita no Maranhão (Brasil, 2015). Anteriormente quem estava à frente do cargo era Iolanda Fleming. Contudo, depois de um tempo ela deixou o cargo para pleitear uma vaga como senadora. Posteriormente, no Executivo Nacional, se destaca a primeira Presidenta do Brasil, Dilma Rousseff (PT), que governou o país por um mandato e meio, considerando que sofreu um impeachment no seu segundo mandato, em 2016, conduzido sob diversas violências, como discutido na seção seguinte deste capítulo.

A partir daí também a literatura sobre participação política feminina no Brasil pode começar a passar de descrições de eventos e personagens iniciais, sufrágio, pioneiras e primeiras eleitas, para compreender por que esses direitos tem limites na prática para ampliar a presença delas na política (Biroli, 2018; Araújo, 2001). Na seção seguinte é discutido o que a literatura tem demonstrado sobre o problema de desequilíbrio entre igualdade formal e desigualdades na representação da mulher, para entender o Brasil.

3.2 Participação política, representação e cotas de gênero

Sobre os estudos que versam sobre participação política que se consolidaram a partir do século XX, Milbrath (1965) propôs um modelo de classificação baseado em comportamentos participativos, do voto à candidatura, organizado hierarquicamente entre os grupos que o autor denominou passivos, espectadores e gladiadores. Verba e Nie (1972) ampliaram essa definição ao compreender a participação política como o conjunto de atividades pelas quais cidadãos privados

buscam influenciar a seleção dos governantes e as decisões por eles tomadas, ao passo que Huntington e Nelson (1977) incorporaram a essa definição as formas não convencionais de participação, como protestos e mobilizações coletivas. No Brasil, Borba (2012) sistematiza essas contribuições, destacando que a participação política é um fenômeno multifacetado e contextual, cujas formas variam conforme os arranjos institucionais de cada sociedade.

Esses modelos, contudo, partem de um sujeito político universal, o que os torna insuficientes para explicar as assimetrias de acesso à participação decorrentes de gênero, raça e classe (Biroli, 2016). Como argumenta Biroli (2016), a exclusão histórica das mulheres da política decorre da persistência de estruturas sociais, a divisão sexual do trabalho, em especial, que definem o espaço público como naturalmente masculino e relegam às mulheres a responsabilidade primária pelo trabalho reprodutivo e de cuidado. Nessa direção, Miguel (2014) descreve a política institucional como um campo regido por filtros de legitimação que definem, a priori, quem é reconhecido como sujeito político apto a competir por cargos de poder, filtros que operam de modo desigual sobre homens e mulheres.

As categorias de Hanna Pitikin (1967), principalmente entre representação descritiva e representação substantiva, constituem um dos marcos centrais da teoria sobre representação para compreender as políticas de cotas eleitorais, apesar de ela não tratar sobre esse assunto. Para a autora, a representação descritiva é referente ao número de mulheres (ou outras pessoas) na representação e a representação substantiva é a capacidade de essa pessoa agir em nome de quem representa nas decisões públicas. Nessa pesquisa essa lógica é usada para refletir sobre o número de mulheres eleitas em relação, por exemplo, a quantidade de mulheres na população. Anne Phillips (1995), sobre a política da presença, argumentou que somente a representação de ideias ou programas políticos, política de ideias, não é suficiente para incluir de fato a mulher na política. Para ela, a presença física de mulheres é importante para que as suas experiências sejam consideradas.

No Brasil, as cotas são posteriores à Constituição Federal de 1988, tendo o Supremo Tribunal Federal reconhecido a constitucionalidade dessas ações afirmativas só em 2012 (Machado, 2017). A cota eleitoral de gênero foi o primeiro mecanismo de ação afirmativa implementado no país, antecedendo as cotas raciais no ensino superior, por exemplo. O quadro 3 sistematiza a evolução desta lei.

Quadro 3 – Evolução da lei de cotas de gênero

Ano	Documento	Conteúdo principal
1995	Lei nº 9.100/1995	Primeira previsão legal de percentual mínimo (20%) de candidaturas femininas nas eleições municipais
1997	Lei nº 9.504/1997	Extensão da cota de gênero a todas eleições, 30% a 70% de candidaturas por sexo
2009	Lei nº 12.034/2009	Muda o caráter facultativo para obrigatório do preenchimento do percentual mínimo por sexo

Fonte: elaboração da autora com base em Brasil (1995; 1997; 2009); Machado (2017) e Martelotte (2016).

Como demonstra o Quadro 3, as cotas são resultado de um processo de ajustes legais que se estendeu por algumas décadas. Martelotte (2016) discorre que a lei brasileira adota um dos modelos menos efetivos dentre os utilizados na América Latina, pois, assegura apenas o acesso à competição eleitoral. Outras literaturas, Htun e Jones (2002) mostram que os estudos sobre a América Latina dizem que as leis de cotas dependem de questões complementares como tipo e posição das candidaturas nas listas dos partidos e a quantidade de cadeiras, e também a existência de alguma ação para os descumprimentos, o que continua não considerado no Brasil.

Araújo (2001; 2010) defende que há dois aspectos que limitam a lei de cotas do Brasil, primeiro a ausência de penalidades imediatas para o descumprimeinto do percentual mínimo, e segundo lugar o aumento do número de candidaturas que cada partido pode registrar, que amplia as candidaturas de homens em ajudar nas candidaturas de mulheres. Meireles e Andrade (2017) analisaram dez mil eleições municipais no Brasil e demonstraram que o número de cadeiras em disputa em cada cidade afeta a probabilidade de eleição de mulheres, então, municípios menores como Pelotas tendem a apresentar baixa representação de mulheres. Fraser (2009) complementa essa análise diferenciando políticas de reconhecimento de políticas de redistribuição, sendo que as leis de cotas atuam no plano do reconhecimento e não necessariamente promovem a redistribuição de recursos materiais e simbólicos.

Além desses pontos, outras questões impactam na trajetória política das mulheres, como a violência política contra a mulher, que acontece por meio de deslegitimação, assédios ou interrupções que tentam desqualificar as mulheres na política (Brasil, 2021; Silva; Fernandes, 2022; Milano, 2024), que se intensifica,

segundo as pesquisas acadêmicas, quando encontra outros marcadores de desigualdade como raça e classe. Essa intersecção é teoricamente baseada nas ideias de Crenshaw (1989), que, como conceito de interseccionalidade, demonstrou que mulheres negras, pobres ou periféricas tinham camadas a mais de exclusão. Esses obstáculos estão ligados a fatores relativos à divisão sexual do trabalho doméstico e de cuidado que são responsáveis por impactar no tempo, nos recursos e na disponibilidade da mulher para participar da política (Biroli, 2016). Tentando responder a isso foi instituída no Brasil a Lei 14.192/2021, contra a violência política contra a mulher (Álvares, 2023; Ribeiro, 2024). Um caso muito emblemático desse tipo de obstáculo político contra a mulher na política foi o processo de impeachment da Presidenta Dilma Rousseff em 2016, que envolveu diversos tipos de violências. Ao conseguir chegar à presidência, sua presença nesse espaço de poder se tornou pauta e gerou inéditos debates. Uma das discussões que gerou comoção nacional foi o termo que Dilma escolheu ser chamada: presidenta (Brasil, 2015). Só o fato, dessa questão ter virado uma grande polêmica, mostra como ainda nos dias de hoje os preconceitos estão enraizados na nossa sociedade, se manifestando de forma às vezes direta, às vezes indireta, mas sempre presente. São essas especulações que colocam em prova a competência de uma mulher dentro do meio político, assim como barreiras que dificultam sua presença mais contínua e que precisam ser abolidas do nosso cotidiano (Álvares, 2023; Ribeiro, 2024).

Além das dificuldades já mencionadas, é fundamental reconhecer que a sub-representação feminina em Pelotas não se limita às dinâmicas internas dos partidos ou aos resultados eleitorais. Ela também se expressa na forma como a política é socialmente construída como um espaço predominantemente masculino. Como apontam Biroli (2018) e Miguel (2014), a cultura política funciona como um filtro que define quem é legitimado como sujeito político. Assim, mesmo quando conseguem acessar as estruturas institucionais, as mulheres ainda se deparam com expectativas de desempenho mais rígidas, vigilância constante e cobrança redobrada sobre sua competência, fatores que produzem desgaste e afetam suas possibilidades de atuação.

Biroli e Miguel (2015) sugerem que a política brasileira é fundamentada por organizações de poder que tradicionalmente naturalizam a centralidade masculina e controlam o ingresso às disputas eleitorais com o auxílio de atividades internas que estabelecem as posições de cada um e quem permanece afastado dessas

práticas.

Portanto, uma análise preliminar da participação feminina nas eleições municipais de Pelotas apresentada na segunda seção da metodologia, demonstra que, embora tenham ocorrido avanços sobretudo no aumento das candidaturas e na ampliação do debate público, esses progressos não têm sido suficientes para alterar estruturalmente o padrão de sub-representação. O percurso analisado revela oscilações e a incapacidade de converter o crescimento das candidaturas em representação parlamentar efetiva, evidenciando a permanência de mecanismos institucionais, culturais e simbólicos que limitam a atuação das mulheres.

As contribuições de autores como Araújo (2020), Miguel e Biroli (2015) e Crenshaw (1989) permitem compreender que se trata de um problema estrutural, articulado a dinâmicas hierárquicas, escassez de recursos, fragilidade de redes de apoio e múltiplas dimensões da desigualdade inclusive interseccionais. Nesse contexto, vencer as irregularidades demanda uma mudança complexa nas lógicas partidárias, na cultura política e nas estruturas que determinam o acesso ao poder, de modo a certificar que a representação feminina cresça de forma quantitativa quanto de maneira substantiva na política. Assim, essa seção permite entender algumas posições que orientam as reflexões desta dissertação. Pitkin (1967) trás a chave para as diferenças entre os tipos de representação, central para pensar o aumento ou não das mulheres na política de Pelotas. A questão do número de cadeiras e seu impacto na eleição de mulheres e na sua influência política municipal, baseando a escolha de um caso municipal nesta pesquisa, por exemplo. E, por último, observar as cotas e os seus obstáculos faz uma ponte para a teoria do cotidiano de Agnes Heller (2000), no capítulo 3 e 4. Essa base teórica também complementa o capítulo 1.

Este capítulo buscou refletir sobre alguns pontos, no plano histórico refletiu-se sobre a trajetória da cidadania política (Prá, 2013) das mulheres no Brasil, demonstrando que essa trajetória não é linear e sim marcada por avanços e interrupções (Hogemann, 2024), no teórico as contribuições de Pitkin (1967), Phillips (19950 e Fraser (2009) ajudam a entender por que a igualdade formal é diferente de igualdade substantiva na representação, incluindo as discussões de participação política nesse ponto (Milbrath, 1965; Borba, 2012), e sobre obstáculos e limites das

cotas (Araújo, 2001; 2010; Martelotte, 2016; Fraser, 2009; Biroli, 2016; Crenshaw, 1989; Silva; Fernandes, 2022).

4 Capítulo 3: Aspectos teórico-metodológicos

Este capítulo apresenta os aspectos teórico-metodológicos da pesquisa. Adota-se como marco teórico principal a Teoria do Cotidiano de Agnes Heller, por meio da qual busca-se interpretar os processos históricos a partir das práticas e experiências das mulheres na política, em diálogo com as contribuições de Burke (2002) e Maia e Domingues (2015) sobre gênero, raça e classe. Em seguida, descreve-se a metodologia, e apresentam-se as variáveis analisadas. Por fim, apresenta-se a História Oral como outro aporte metodológico, com base em Portelli (2010), Perrot (2005) e Del Priore (1998), utilizada na realização de entrevistas com nove vereadoras eleitas em Pelotas, discutidas no capítulo seguinte. Essa etapa permite articular os dados eleitorais às experiências e trajetórias dessas mulheres, evidenciando alguns dos desafios e preconceitos enfrentados por elas na política local.

4.1 A teoria do cotidiano de Agnes Heller e suas contribuições

O marco teórico-conceitual que fundamenta essa pesquisa é centralizado na teoria do cotidiano de Agnes Heller, por intermédio dela busca-se interpretar os processos históricos a partir das práticas, experiências e das relações estabelecidas no dia a dia das mulheres na política. Assim, é possível averiguar como as relações desiguais de poder políticas e sociais se apresentam aliadas.

Primeiramente, o conceito de cotidiano segundo Manckel (2013) deriva da escrita latina, da qual significa “todos os dias”, referindo-se a aquilo que é habitual. O estudo das práticas cotidianas possibilita identificar como as se formam as desigualdades e como são vivenciadas as relações de poder, reproduzidas e muitas vezes contestadas na vida social. Nesse sentido, analisar a maneira que as mulheres atuam na política local, como constroem as suas trajetórias e percebem as adversidades se interliga com a abordagem estipulada na etapa de entrevistas desta pesquisa. A vida cotidiana é a vida de todo ser humano, uma vez em são demonstradas neste âmbito simbólico peculiaridades como a totalidade dos seus sentidos subjetivos, das capacidades intelectuais, habilidades manipulativas, sentimentos, ideologias e paixões (Heller, 2000). Ainda, pode-se caracterizar a vida cotidiana “pela pluralidade, fragmentação e circularidade de ações, características que constituem a cotidianidade, as relações pessoais e a vida social mais ampla” (Lima, 2010, p. 35). Silva *et al.* (2025) verificam que Heller (1992) indica algumas

categorias que organizam e constituem à vida cotidiana, sendo algumas delas: heterogeneidade, hierarquia, repetição, economicismo, espontaneísmo, probabilidade, imitação, pragmatismo, analogia, juízos provisórios, preconceitos, homogeneização, entre outras, que, em conjunto, constituem uma rota que está sempre em movimento e mudanças. O cotidiano existe por si só, independente do momento histórico, "[...] não está fora da história, mas no centro do acontecer histórico: é a verdadeira essência da substância social" (Heller, 2000, p. 20).

O cotidiano e a política se interligam, diante de grandes sistemas de poder. Heller (2000) explica que a política não está presente apenas nas instâncias federais, municipais e estaduais, mas também em espaços de debates onde se encontram diversos grupos sociais, instituições, imprensa e a população. De acordo com a autora, fatores como a rotina, moralidade e os preconceitos sociais, precisam ser reconhecidos, pois "A atividade política (no mais amplo sentido da expressão), que dirige o movimento e mobiliza as grandes integrações, pode ter êxito apenas quando se coloca na altura de um pensamento isento de preconceitos" (Heller, 2000, p. 51).

A respeito do preconceito, Heller (2000, p. 43) também explica:

> O preconceito é a categoria do pensamento e do comportamento cotidianos. Os preconceitos sempre desempenharam uma função importante também em esferas que, por sua universalidade, encontram-se acima da cotidianidade; mas não procedem essencialmente dessas esferas, nem aumentam sua eficácia; ao contrário, não só a diminuem como obstaculizam o aproveitamento das possibilidades que elas comportam. Quem não se liberta de seus preconceitos artísticos, científicos e políticos acaba fracassando, inclusive pessoalmente.

Portanto, segundo Heller (2000) o desenvolvimento político muitas vezes não progride por conta do excessivo julgamento prévio. Os preconceitos são divididos como grupos de pensamento prático, que acabam gerando condutas conservadoras e exacerbadamente tradicionais, o que não colabora com o progresso social.

A política funciona como instrumento de transformação, onde se constrói a crítica ao cotidiano, e requer que o sujeito deixe de se comportar como um mero reprodutor de regras, para se tornar um ser humano consciente de sua posição como indivíduo histórico. Segundo Heller (2000) a política tem como objetivo, romper com a alienação diária e transformar as estruturas sociais e políticas, se distanciando do comodismo pragmático. Diante dessa perspectiva, busca-se compreender como as experiências vivenciadas pelas mulheres que atuam ou já

atuaram no âmbito político local. Ao escutar suas trajetórias, percepções e vivências, pois as entrevistas possibilitam entender como essas mulheres lidam com os preconceitos direcionado a elas, desafios, limitações e estratégias no exercício de seus cargos. A teoria do cotidiano de Heller (2000) nos permite elucidar as narrativas das entrevistadas não apenas como relatos individuais, mas também como expressões de processos sociais mais profundos e intensos. Além disso, este marco teórico integra as contribuições de pesquisadores como Maia e Domingues (2015)Burke (2002), que expandem o debate ao incorporar discussões relacionadas ao estudo de gênero, raça e classe, e colaboram na compreensão das diferentes formas de desigualdade políticas, que produzem impactos significativos no cotidiano das mulheres dentro do cenário político. Sob a perspectiva de Burke (2002) a respeito da micro-história, é possível estudar grupos majoritariamente marginalizados pela sociedade, olhar mais atentamente a história daqueles que vieram de baixo, compreender fenômenos que não seriam perceptíveis em análises generalizantes. Necessariamente buscam não estudar uma única história ou um local delimitado "buscam compreender trajetórias, práticas sociais, um crime, ou outro fenômeno (fragmento social) que o investigador avalie como esclarecedor da questão (problema) que se impõe" (Cardozo, 2010 p.19). Diante disso, Cardozo (2010, p.19) argumentou,

> Assim, a prática micro-histórica procura perceber o que, de outra forma, seria deixado de lado pela macro-história. Por meio da redução da escala, o pesquisador indaga detalhadamente seu objeto valendo-se de uma gama de outras fontes, semelhantes ou não, para compreender seu objeto. Ao propor a redução da escala de análise, o micro-historiador não deseja apenas compreender a sociedade como um todo, mas, sim, a partir de um fenômeno, poder compreender a "realidade" que circunda esse fenômeno.

Dito isso, Maia e Domingues (2015) concordam com Burke (2002) sobre as experiências do cotidiano, especialmente no que se refere a história feminina, muitas vezes serem observadas como algo simples ou pouco relevante pelos setores mais tradicionais da sociedade. Porém, não é algo novo, a história por muito tempo, foi escrita e narrada por homens que se consideravam incumbidos por definir o rumo de todos os âmbitos da sociedade. Entre eles, encontravam-se homens que ocupavam posições de poder e demasiada influência. Porém, "através das histórias em fragmentos da vida de algumas mulheres poderemos abrir novas possibilidades de entendimento do feminino na sociedade moderna" (Maia; Domingues, 2015, p. 2). Segundo Burke (2002), a maior parte das conquistas adquiridas pelas mulheres

acabaram sendo desconsideradas e não registradas em fontes oficiais, “o que contribuiu para a manutenção da invisibilidade das atividades femininas na história” (Burke, 2002, p. 77). O autor, afirma também, a relevância do feminismo para que a história das mulheres entrasse em evidência e fosse registrada com centralidade, uma vez que, por meio dela, obteve-se uma nova perspectiva a respeito do passado. Por isso, houve a necessidade de resgatar a memória de mulheres que também foram sujeitos políticos históricos e ativos na política brasileira. “São os laços afetivos que constroem a cultura feminina que perpassa toda a construção da sociabilidade moderna” (Maia; Domingues, 2015, p. 14). Assim, ao articular essa perspectiva com a metodologia da História Oral, a pesquisa busca evidenciar como as práticas e experiências do cotidiano político contribuem para compreender a sub-representação feminina na Câmara de Vereadores de Pelotas no período de 2000 a 2024.

4.2 Metodologia

Para a realização desta pesquisa, adotou-ses uma abordagem metodológica direcionada por uma perspectiva quantitativa/qualitativa, descritiva e longitudinal, com o foco em analisar padrões temporais e estruturais na participação política de mulheres e os efeitos da Lei nº 9.504/1997 sobre o padrão de candidaturas e a representação política de mulheres no Legislativo local. Organizou-se a investigação para examinar, de modo comparativo, a evolução da presença feminina nas eleições para a Câmara de Vereadores de Pelotas ao longo de sete pleitos municipais, sendo este período correspondente de 2000 a 2024. A pesquisa se detém em um caráter quantitativo e qualitativo, no que se baseia na medida de variáveis relacionadas ao comportamento eleitoral, principalmente no número e o percentual de candidaturas e eleitos por gênero. O trabalho também possui uma natureza descritiva, de maneira a buscar caracterizar, comparar e interpretar padrões observados ao longo dos 7 pleitos que serão analisados, além de contribuir com entrevistas realizadas com nove vereadoras eleitas na cidade de Pelotas.

Assim, o propósito da pesquisa não se limita apenas em apontar a quantidade de mulheres presente nas eleições, tem como intuito compreender dinâmicas estruturais, institucionais e sociopolíticas que delimitam o processo de candidaturas em mandatos. Essa trajetória demonstra aspectos reveladores das

desigualdades de gênero, com isso, o estudo considera tanto os marcos legais, como a Lei nº 9.504/1997 e suas posteriores alterações que regulamenta as cotas de gênero no Brasil, assim como, os referenciais teóricos da História do Cotidiano de Agnes Heller (2000) e demais contribuições. Tais abordagens contribuem para ampliar a análise e permitir o diálogo acerca de experiências, trajetórias e percepções das mulheres atuantes no meio político.

A metodologia também segue as orientações gerais propostas por King, Keohane e Verba (1994), que defendem que pesquisas em Ciência Política devem produzir uma indução válida a partir de dados empíricos sistematicamente organizados. Assim, a História Oral vem como aporte metodológico e através das contribuições de autores como Portelli (2010), Corrent (2022), Perrot (2005), Lucena, (2024) e Del Priore (1998) tem a finalidade de compreender aspectos subjetivos nas narrativas femininas e sua importância através da historiografia produzida.

Dessa forma, organiza-se a análise a partir de uma base de dados composta pelas informações disponibilizadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), com foco nos dados relacionados ao município de Pelotas. A partir desses dados, produziu-se um material empírico no qual foi possível observar, ao longo de 20 anos, o relacionamento dos partidos, a evolução das candidaturas femininas e as configurações das disputas eleitorais, assim como a evolução do número de candidaturas femininas. Com isso, podemos averiguar se houve ampliação significativa ou não na presença das mulheres nas casas legislativas. Através de entrevistas, a pesquisa não apenas retrata a dimensão quantitativa do fenômeno, mas mostra padrões e estruturas que ajudam a explicar por que a representação feminina permanece abaixo do previsto pela legislação e distante para uma igualdade substantiva.

A preferência pelo recorte temporal de 2000 até 2024 justifica-se por compreender diferentes fases de implementação e aperfeiçoamento da legislação de cotas, além de identificar transformações sociais e políticas na discussão de gênero no espaço legislativo local. Portanto, a pesquisa adota um caráter documental e histórico, com aplicação analítica, buscando identificar os limites das políticas de ação afirmativa no cenário político da cidade de Pelotas. Com a base primária de dados do site eletrônico do TRE-RS, foi possível extrair as informações referentes às eleições municipais realizadas no recorte temporal. O foco central

consistiu na coleta do número total de candidatas ao cargo de vereadora, assim como o número total de vereadores e vereadoras eleitos(as), bem como os percentuais de candidaturas e de eleições por gênero.

Para o procedimento de análise, delimitou-se as variáveis da seguinte forma: inicialmente, o percentual de candidatas mulheres, calculado pela relação entre o número de mulheres registradas como candidatas e o total de candidaturas, multiplicado por 100. Em seguida, o percentual de mulheres eleitas, obtido a partir da relação entre o número de mulheres que conquistaram uma vaga e o total de cadeiras da Câmara Municipal de Pelotas, também multiplicado por 100. Por fim, o índice de efetividade eleitoral por gênero, entendido como a proporção entre o número de mulheres eleitas e o número de candidatas do mesmo gênero.

Após essa etapa, organizou-se os dados em tabelas e quadros, o que permitiu identificar tendências e comparar diferentes momentos eleitorais ao longo do período analisado. A partir desses elementos, buscou-se examinar o impacto da Lei nº 9.504/1997 (Lei de Cotas) sobre o percentual de candidaturas femininas. Por meio disso, verificou-se se ocorreu aumento no número de mulheres candidatas e se esse crescimento se converteu em maior representação feminina entre os eleitos.

Para a melhor compreensão do impacto da legislação eleitoral da cidade de Pelotas sobre o comportamento dos partidos e a presença feminina, a pesquisa emprega o método comparativo descrito por Giovanni Sartori (1994). Esse método permite analisar as mudanças em diferentes períodos históricos, a partir do comparativo entre dois períodos essenciais: (a) 2000-2012 - período marcado pelo não cumprimento sistemático da cota mínima de 30% de candidaturas femininas; e (b) 2016-2024, fase essa em que os partidos começaram a cumprir a exigência legal. Desse modo, o método comparativo deste estudo possibilita reconhecer permanências e rupturas mostrando como o marco normativo atua nessa variável institucional, sendo capaz de alterar incentivos, podendo, assim, mudar decisões, estratégias e até mesmo comportamentos dos atores políticos nas casas legislativas. Assim, para explicar a persistência das desigualdades, como elas se manifestam, influenciando ao acesso, permanência e atuação política, mesmo com o aumento das candidaturas, mediante isso, essa metodologia engloba uma dimensão interpretativa e qualitativa. Articula-se os resultados empíricos às teorias feministas, a história oral e a teoria do cotidiano.

Com relação às etapas do método de análise, são sequenciais: A primeira consiste na organização dos dados brutos das eleições municipais de 2000 a 2024. Em seguida, procede-se à elaboração de tabelas e gráficos para identificar tendências e, consequentemente, comparar as candidaturas femininas com o cumprimento da cota legal. Por fim, realiza-se a comparação entre a porcentagem de candidatas e a porcentagem de eleitas, o que possibilita identificar a sub-representação feminina e os limites da política de cotas. A interpretação dos resultados combina indicadores quantitativos e referencial teórico, permitindo compreender tanto as mudanças ocorridas quanto os elementos que permanecem inalterados na estrutura política municipal. Com esse conjunto analítico, buscou-se evidenciar os limites estruturais que ainda restringem a plena integração das mulheres nos espaços de decisão política. Declara-se o uso de Inteligência Artificial Generativa para tradução do resumo da pesquisa para inglês.

4.2.1 História Oral

“Por que buscamos fontes orais? Por que trabalhamos com elas? Não só porque as pessoas que entrevistamos possuem informações de que precisamos, que nos interessam” (Portelli, 2010. p. 2). Para além disso, é uma dinâmica intensa entre a oralidade e democracia, a história oral tem como objetivo, portanto, resgatar perspectivas sociais antes excluídas. Assim é possível dizer que a oralidade “devolve a história às pessoas em suas próprias palavras. E ao lhes dar um passado, ajuda-as também a caminhar para um futuro construído por elas mesmo” (Thompson, 1998, p. 337). Diante disso, é necessário, como descreveram Ferreira, Fernandes e Alberti (2000, p. 33), “respeitar três fidelidades à inspiração original: ouvir a voz dos excluídos e dos esquecidos; trazer à luz as realidades “indescritíveis”, quer dizer, aquelas que a escrita não consegue transmitir; testemunhar as situações de extremo abandono”.

“Com frequência se diz que, na História Oral, damos voz aos sem voz. Não é assim. Se não tivessem voz, não teríamos nada a gravar, não teríamos nada a escutar” (Portelli, 2010. p .2). Segundo o autor (Portelli, 2010), os grupos marginalizados e os excluídos são detentores de voz, porém não há ninguém que queira escutar suas histórias, e o que a história oral faz é acolher essa voz e mostrá-la ao público. Trabalho este considerado político, pois não tem relação com o direito à fala, essencialmente, mas de ser escutado e estar presente dentro dos

discursos, instituições públicas e da política. Ainda de acordo com Portelli (2010) outro aspecto importante é a relação estabelecida entre o entrevistador e o entrevistado, segundo ele a entrevista é um “experimento de igualdade” (Portelli, 2010. p. 5), um momento único onde podemos imaginar como seria o mundo narrado pelo entrevistado.

De acordo com Nóbrega (2019, p. 331):

> Vemos que a oralidade se compõe como um campo rico e diversificado para novas abordagens na historiografia atual, o estudo das sensibilidades, das representações, abre possibilidade para que a pesquisa gerada dê oportunidade às vozes anônimas e à construção de novos conhecimentos. Oportuniza a validação de um senso comum, na medida em que coleta depoimentos e dá espaço para as representações sociais.

A investigação qualitativa para Bogdan e Biklen (2013, p. 49) “exige que o mundo seja examinado com a ideia de que nada é trivial, que tudo tem potencial para constituir uma pista que nos permita estabelecer uma compreensão mais esclarecedora do nosso objeto de estudo”. Diante disso, ocorreu uma revalorização do estudo qualitativo e a preservação de relatos individuais, pois, segundo Nóbrega (2019) as fontes orais assumem um lugar relevante no estudo da história atual em diversos temas.

Bogdan e Biklen (2013, p. 50) explicam:

> Para um investigador qualitativo que planeja elaborar uma teoria sobre o seu objeto de estudo, a direção dessa só se começa a estabelecer após a recolha dos dados e o passar de tempo com os sujeitos. Não se trata de montar um quebra-cabeça cuja forma final conhecemos de antemão. Está-se a construir um quadro que vai ganhando forma à medida que se recolhem as partes. O processo de análise é como um funil: as coisas estão abertas de início e vão-se tornando mais fechadas e específicas no extremo.

Pautada através da ética e respeito pelos limites do entrevistado, Lucena (2024) explica que oralidade é formada principalmente com base em encontros realizados pessoalmente durante a pesquisa de campo. “A entrevista pode ser realizada sob diferentes modalidades (histórias de vida, relatos, diálogos interativos) e em diferentes quantidades de horas de coleta” (Lucena, 2024, p. 39). Levando em consideração os apontamentos de Moss (1991) podemos definir que na atualidade a história oral passou a ser configurada posterior a Segunda Guerra Mundial, em virtude de três aspectos: um cenário democrático mais aberto a debates sobre a história, a revolução tecnológica e industrial, que acompanhou a democratização da

sociedade e por causa dos acontecimentos citados anteriormente, o uso de novos métodos tecnológicos na contribuição de uma história social mais igualitária.

Em relação a história das mulheres, a história oral desempenhou um papel igualmente importante. Durante os anos 60, surgiu uma preocupação em recuperar vozes femininas que haviam sido apagadas pelo tradicionalismo historiográfico, buscando construir uma nova narrativa que incluísse de forma significativa, grupos que foram socialmente marginalizados, portanto, a ideia era dar evidência às perspectivas e narrativa vivenciadas por elas. Somente ao longo do século XX que as mulheres conseguiram conquistar maior espaço, já no meio acadêmico, as primeiras análises voltadas à história feminina foram vistas por diversos pesquisadores de maneira preconceituosa a fim de serem descredibilizadas. Del Priore (1998) descreve que diante desse contexto, as pesquisas realizadas por mulheres eram constantemente toleras ou deixadas em segundo plano na produção de estudos. É importante destacar que as mulheres estavam se recusando em ter sua história deixada de lado, portanto, a partir desse novo método, estariam criando uma nova história, considerando o seu cotidiano como algo também pertencente a historiografia. Já Perrot (2005) relata sobre as pesquisas sobre as mulheres nos primórdios dos anos 70, o desenvolvimento dos da história e o diálogo sobre o silenciamento das mulheres e suas resistências na narrativa historiográfica. Corrent (2022) amplia e enfatiza fatores que contribuíram no silenciamento feminino e na omissão do seu caminho na historiografia, sendo o principal deles, a desigualdade de gênero.

No cenário brasileiro, a história oral esteve conectada dinamicamente a assuntos políticos, principalmente diante das ditaduras militares, momento que limitou o seu avanço significativamente. Porém, com as mudanças políticas em 1970, esse método ganhou uma visão ampla no meio acadêmico. Sendo assim o uso da história oral se intensifica em 1979 e “florescendo principalmente depois de 1983 no processo de redemocratização política do país” (Ferreira; Fernandes; Alberti, 2000, p. 89). Portanto, é importante considerar que o objetivo desse estudo não é determinar uma única verdade, conforme os padrões da historiografia tradicional, pelo contrário, tem a intenção de reconhecer a pluralidade de narrativas e experiências, corroborando a existência de múltiplas histórias. Também, é contribuir para debates em estudos que não falem apenas de trajetórias femininas, mas como na sua presença como um fator capaz de escrever a história.

Mediante a esses fatos, a história oral é desenvolvida de maneiras diferentes e em por meio de etapas pré-estabelecidas. De maneira central é desenvolvida juntamente às perguntas realizadas nas entrevistas, gravação das entrevistas, transcrição e organização do material escrito. O último passo é o retorno desse material para os participantes das entrevistas. A entrevista é a principal ferramenta utilizada pelo pesquisador para obter as informações necessárias para a história oral. Para Silva *et al.* (2025, p. 139) “ela conta com a narração do entrevistado a respeito de fatos que o permitem trazer à luz dados relevantes de sua história ou da história da comunidade a que pertence”.

De acordo com Demartini (1992, p. 47),

> A coleta dos dados orais é realizada na entrevista, ou seja, através de uma conversa entre narrador e pesquisador. Não se busca a uniformidade absoluta, "a padronização dos relatos, mas a riqueza que cada entrevistado tem a contar – riqueza que não se traduz na extensão das falas, mas às vezes na citação de um fato desconhecido, na descrição de um fato corriqueiro.

A entrevista é uma ferramenta utilizada pela história oral, durante o processo de pesquisa. Para Lucena (2014) vai além do mero ato de entrevistar, é nesse momento que se constitui a troca de experiência, tendo a necessidade de criar um ambiente que proporcione cumplicidade entre o entrevistado e o entrevistador. Com isso, é possível definir a oralidade como um campo rico e diferenciado para as abordagens compostas na atualidade, oportunizando a construção de novos conhecimentos mediante as vozes anônimas na história, revelando suas percepções. “Essas memórias muitas vezes invocam os dilemas sociais das camadas mais humildes e verdadeiras protagonistas da história vista de baixo” (Nóbrega, 2019, p. 331).

Nesse sentido, buscou-se realizar entrevistas com vereadoras do município de Pelotas, dentro de um recorte específico, a fim de entender, a partir da oralidade as maneiras que se constituem as desigualdades que permeiam o meio político do município, e determinam a entrada e permanência das mulheres, assim como, a sua sub-representação no período de 2000 a 2024. Ao reunir essas informações, torna-se possível averiguar de forma mais precisa a participação feminina na política local, relacionando os dados eleitorais com as perspectivas da História do Cotidiano e da História Oral. Essa mediação permite-nos verificar não apenas os números referentes às candidaturas e as vereadoras eleitas, mas também refletir sobre as

experiências, desafios e desigualdades enfrentadas por essas mulheres dentro dos espaços de tomada de decisão política do município.

O corpus empírico desta pesquisa partiu de um levantamento de todas as mulheres que foram vereadoras na Câmara de Vereadores de Pelotas entre 2000 e 2024. A partir da coleta, identificou-se onze mulheres que ocuparam uma cadeira no Legislativo pelotense ao longo do período delimitado, considerando as que foram eleitas pelo voto direto, como também as que exerceram mandato como suplentes. Ao adotar esse critério, foi possível contemplar distintas maneiras de ingresso no Legislativo da cidade e ampliar a compreensão sobre as trajetórias femininas na política local.

Destas, cinco foram conduzidas presencialmente, na Câmara de Vereadores e nas residências das entrevistadas e quatro ocorreram de forma online, por meio da plataforma Google Meet, conforme a disponibilidade das participantes. Devido ao fato de a pesquisadora ter trabalhado na Câmara anteriormente, já possuía-se o contato de WhatsApp de algumas das potenciais entrevistadas, onde realizou-se o primeiro contato. No caso das demais, foi enviado o convite via e-mail, bem como via Instagram e Facebook, oportunidade em que as contatadas enviavam seu número de Whatsapp para dar andamento. A adoção de ambas as modalidades de coleta possibilitou contemplar as diferentes condições de acesso às entrevistadas, sem prejuízo à padronização metodológica, uma vez que todas as entrevistas seguiram o mesmo roteiro semiestruturado.

Assim, foram realizadas nove entrevistas semiestruturadas, o que corresponde a 81,8% (quatro quintos) do universo total de mulheres que foram vereadoras entre 2000 e 2024. A elevada taxa de participação é um elemento de fortalecimento da consistência da análise da pesquisa, pois possibilita contemplar diferentes gerações, trajetórias, formas de ingresso e experiências de atuação parlamentar, constituindo base empírica robusta para as análises desenvolvidas nessa dissertação. Foram adotadas medidas para assegurar o anonimato das participantes, dessa forma, os nomes das entrevistadas foram omitidos na apresentação e análise dos dados.

Foi unânime a resposta positiva das participantes mediante o primeiro contato da pesquisadora, demonstrando disponibilidade para o agendamento das entrevistas. No entanto, duas das mulheres contatadas não puderam integrar a pesquisa. Uma delas havia falecido antes do período de realização das entrevistas,

e com a outra não foi possível estabelecer contato, mesmo após diversas tentativas da pesquisadora.

Cumpre destacar, ainda, que uma das entrevistadas tornou-se vereadora como primeira suplente, devido ao falecimento de um vereador durante a legislatura. Considerou-se pertinente sua inclusão no corpus empírico uma vez que desempenhou com efetividade as funções do cargo, compartilhando experiências relevantes para a compreensão das diferentes formas de acesso e permanência das mulheres na Câmara Municipal.

5 Resultados e Discussões

5.1 Levantamento e análise de dados eleitorais

Foi realizada uma análise a partir dos dados coletados no TSE, com foco em Pelotas, sobre o número de candidaturas de vereadores na cidade. Os dados obtidos e organizados podem ser conferidos nas tabelas abaixo, que compreendem o período de 2000 até 2024. Em seguida, será apresentada uma análise a partir dos dados apresentados, relacionando-os com a teoria do cotidiano, que fundamenta esta pesquisa.

Tabela 1 – Participação e desempenho eleitoral por gênero nas eleições municipais de Pelotas (2000–2024)

Ano	Gênero	Nº de Candidatos	% do Total de Candidatos	Nº de Eleitos	% dos Eleitos
2000	Masculino	233	81,18%	17	80,95%
	Feminino	54	18,82%	4	19,05%
	Total	**287**	**100%**	**21**	**100%**
2004	Masculino	163	75,81%	13	86,67%
	Feminino	52	24,19%	2	13,33%
	Total	**215**	**100%**	**15**	**100%**
2008	Masculino	146	75,26%	14	93,33%
	Feminino	48	24,74%	1	6,67%
	Total	**194**	**100%**	**15**	**100%**
2012	Masculino	237	69,50%	21	100%
	Feminino	104	30,50%	0	0%
	Total	**341**	**100%**	**21**	**100%**
2016	Masculino	218	68,34%	17	80,95%
	Feminino	101	31,66%	4	19,05%
	Total	**319**	**100%**	**21**	**100%**
2020	Masculino	259	66,07%	17	80,95%
	Feminino	133	33,93%	4	19,05%
	Total	**392**	**100%**	**21**	**100%**
2024	Masculino	164	65,60%	18	85,71%
	Feminino	86	34,40%	3	14,29%
	Total	**248**	**100%**	**21**	**100%**

Fonte: elaboração da autora com base nos dados do TSE (2026).

É possível verificar que a representação e o desempenho eleitoral entre os gêneros na cidade de Pelotas nas últimas duas décadas indica a continuidade da desigualdade estrutural social no cenário político. Mesmo com variações ao longo dos anos, a participação de mulheres eleitas se mantém baixa e inconstante, demonstrando que o número de candidatas não resulta em efetiva ocupação no Legislativo. Com isso, as informações presentes no TSE demonstram que a sub-representação feminina vai além de meros aspectos numéricos e evidencia os obstáculos históricos, institucionais e cotidianos que limitam a participação de mulheres em posições de poder.

O percentual baixo demonstra que a legislação, mesmo que esteja em funcionamento, opera de maneira limitada e com pouca fiscalização, permitindo aos partidos manter comportamentos tradicionais e machistas (Sacchet, 2020). Com isso, é visível que as candidaturas masculinas e a reprodução das hierarquias da elite política são fator predominantes, indicando que as normas não foram capazes de gerar transformações estruturais nas chapas eleitorais que superassem as desigualdades sociais.

Em 2016, mesmo com a porcentagem feminina passando do mínimo legal de 30%, conforme estabelecido pelas cotas, as mulheres mantiveram a ocupação de apenas quatro cadeiras. Em 2020, o quadro se torna ainda mais preocupante, apesar da maioria feminina entre as candidaturas, nada muda, o número de eleitas permanece estagnado em 4. E finalmente, no ano de 2024, o cenário piora e apenas 3 candidatas foram eleitas, demonstrando ainda um retrocesso na representação política feminina no município. Esses dados retratam um cenário que relaciona-se diretamente à implementação do sistema de cotas, pois elas foram fundamentais para aumentar a participação feminina mas não foram o suficiente para assegurar a sua efetiva e substantiva representação. Essas reflexões demonstram que, mesmo diante de políticas para ampliar a inclusão das mulheres na política, as desigualdades que já existem na sociedade e dentro dos partidos permaneceram fazendo um esforço contrário.

Nesse contexto, a perspectiva do cotidiano de Agnes Heller (2000) oferece uma via de interpretação. Uma vez que, a exclusão das mulheres não acontece apenas dentro de instituições políticas, mas também mediante práticas sociais. De acordo com a autora, o cotidiano é um lugar no qual se organizam tarefas, papéis sociais e expectativas de gênero que interferem diretamente nas oportunidades e na

política. Portanto, ao reconhecer a sub-representação feminina, mesmo com o aumento de candidaturas, é possível visualizar que suas trajetórias são impactadas também por uma divisão desigual de tarefas domésticas, responsabilidade com os filhos, lar e familiar, além da rotina que reduz o seu tempo e disponibilidade dentro da política. A participação das mulheres no cenário político frequentemente ocorre em meio divergentes em relação aos homens.

A análise dialoga com Fraser (2009) ao revelar o caráter limitado de medidas que garantem apenas o reconhecimento formal da presença feminina, sem promover redistribuição de recursos ou reconfiguração das estruturas de poder que criam a política local. A persistência da sub-representação feminina também reflete o que Mendes (2017), Leite (2017) e Sacchet (2020) identificaram como um padrão de reprodução das desigualdades de gênero nos partidos políticos, que quase sempre cumprem a cota de forma meramente burocrática. Como observações iniciais, as barreiras enfrentadas pelas mulheres, especialmente as mulheres negras, se interligam com a discussão demonstrada pelos autores Silva e Fernandes (2022) e Milano (2024) sobre violência política contra as mulheres e práticas de exclusão política, que restringem o acesso e a permanência delas no poder legislativo.

A partir disso, este estudo sobre a participação das mulheres na política municipal de Pelotas dialoga com um conjunto de abordagens teóricas que relatam as questões de desigualdades de gênero, das estruturas institucionais e das dinâmicas sociais desiguais presentes na democracia. Desse modo, a desigualdade de gênero não é uma questão a ser analisada apenas por fatores numéricos, mas sim pela qualidade e estrutura, identificando como o sistema político restringe que elas participem de maneira substantiva.. Para Fraser (2009), é preciso discutir como o reconhecimento e a redistribuição ajudam a compreender a deficiência das cotas analisadas de forma isolada. A legislação eleitoral brasileira, como a Lei nº 9.504/1997, faz a promoção de um reconhecimento formal das mulheres na política ao impor que os partidos propiciem a presença feminina em suas listas, porém, essa dimensão não afirma a redistribuição de recursos e de poder dentro dos partidos. Desse modo, o reconhecimento sem redistribuição sucede em uma inclusão parcial e insuficiente para transformar a política local.

Entende-se que a discussão da representação política feminina no Brasil também precisa incorporar a dimensão racial. Mendes (2017) revela que mulheres negras enfrentam obstáculos condicionados no campo político, e relacionados,

conjuntamente, ao racismo e ao sexismo, o que diminui sua visibilidade e suas possibilidades na participação política. A interseccionalidade permite compreender que, ainda que o número de candidaturas femininas tenha aumentado, as mulheres negras continuam enfrentando barreiras que resultam em sua sub-representação entre as eleitas. Em complemento à essa perspectiva, Silva e Fernandes (2022) argumentam que a violência política contra as mulheres opera como um mecanismo de restrição da participação feminina, especialmente de mulheres negras. No âmbito municipal, essas barreiras tendem a se intensificar pelo fato da maior proximidade entre os eleitores, estruturas partidárias e os candidatos.

Leite (2017) e Sacchet (2020) destacam como os partidos políticos brasileiros continuam organizados diante de fundamentos masculinizados que reproduzem desigualdades de gênero. Embora cumpram protocolarmente a cota de candidaturas, os partidos não garantem às mulheres acesso igualitário aos recursos destinados como a visibilidade, liderança e participação em decisões. Nesse sentido, ao analisar os dados referentes ao município de Pelotas, nota-se que, embora o percentual de candidatas tenha aumentado consideravelmente após 2016, a ausência de mecanismos efetivos de suporte às mulheres contribui para a reprodução da sub-representação feminina. Assim, o aumento das candidaturas não indica, por si só, uma mudança estrutural, podendo revelar-se como uma adaptação formal às exigências legais, reforçando a crítica de que as cotas podem ser cumpridas formalmente mas permanecer politicamente esvaziadas.

Essas barreiras expressam-se, principalmente, na distribuição desigual de recursos financeiros, no acesso limitado e na reprodução de estereótipos de gênero nas dinâmicas internas, o que influencia de forma direta as mulheres nos cargos de poder e enfatizam a real importância de políticas complementares para sancionar o descumprimento das cotas, o fortalecimento de redes de apoio e cuidado e, principalmente, a fiscalização dos partidos para que a presença efetiva das mulheres não seja apenas uma formalidade institucional, mas avance na perspectiva de uma representação efetiva.

Assim, a abordagem do cotidiano simplifica o entendimento de que as desigualdades de gênero são naturalizadas exatamente porque fazem parte da rotina. A percepção de que a política é um espaço masculino ou a ideia de que as mulheres devem priorizar a família em detrimento da militância ou da carreira política, não é apenas uma teoria indefinível, mas uma prática que se integra no dia

a dia. Assim, a sub-representação feminina não é fator resultante da suposta “falta de interesse” feminina, mas de condições sociais palpáveis que diminuem as suas possibilidades e moldam de forma desigual seus caminhos. Por isso, a história oral se revela essencial como metodologia a seguir, pois os dados numéricos vêm validando as inclinações e permitido visualizar as desigualdades em uma perspectiva quantitativa, mas não explicam de forma clara como essa desigualdade e sub-representação se manifesta na vida política das mulheres em aspectos subjetivos. Também proporciona acesso às vivências, percepções, recordações e estratégias estabelecidas pelas vereadoras, oferecendo uma dimensão importante para compreender o significado concreto dos dados apurados anteriormente.

As narrativas destacam desde situações de preconceito, deslegitimação da voz feminina, dificuldades de inserção nos partidos, distribuição desigual de recursos de campanha, resistência à liderança de mulheres e a necessidade constante de provar competência. Além disso, também permitem identificar a presença da dupla jornada de trabalho, o peso das responsabilidades familiares e os conflitos entre a vida pública e privada, aspectos que os números não refletem, mas que são fundamentais para a análise. Assim, os dados qualitativos expõem a continuidade de uma estrutura política que ainda é marcada por hierarquias de gênero. Analisar essas tabelas à luz da história política das mulheres e das cotas, da teoria cotidiano e da história oral permite entender que a sub-representação feminina é, simultaneamente, estatística, social, histórica e simbólica.

5.2 Roteiro semi-estruturado de entrevista

Esta seção dedica-se a demonstrar as informações coletadas nas nove (9) entrevistas realizadas com vereadoras eleitas no município de Pelotas entre os anos de 2000 e 2024. O objetivo principal da análise dessas narrativas é destacar as opiniões, vivências e o cotidiano feminino dentro da política regional, investigando sua trajetória e como experienciam a sub-representação na Câmara Municipal e nos espaços políticos. Considerando-se como uma nova abordagem, a pesquisa apoia-se nas ideias da teoria do cotidiano, de Agnes Heller (2000) que destaca que somente compreendendo a cotidianidade do indivíduo pode-se entender de maneira mais profunda as desigualdades sociais. Deste modo, entende-se o cotidiano como um lugar novo e definidor para a análise realizada. As reflexões de Luís Felipe Miguel e Flávia Biroli (2015) ajudam a entender que a desigualdade de gênero na

política não está só em conseguir cargos, mas também nas diferenças na distribuição de recursos, na visibilidade e na influência dentro desse campo. As entrevistas analisadas, nesse sentido, mostram não só os lados formais da participação na política, mas, principalmente, as experiências reais das mulheres diante das desigualdades cotidianas.

Foi aplicado um questionário com 24 perguntas, abrangendo dados pessoais, trajetória política e institucional e profissional, além de formação e ocupação. Abordando as seguintes perguntas:

- Por que você decidiu se candidatar como vereadora? Quais foram os fatores que influenciaram essa escolha?
- Pode me contar um pouco sobre a sua trajetória política antes de assumir o cargo?
- Quais expectativas você tinha ao entrar para a política local? Elas foram atingidas?
- Você já participou de eventos, reuniões ou encontros políticos dentro e fora da cidade de Pelotas? Pode descrever como eles normalmente acontecem?
- Como foi a sua experiência ao assumir o mandato? Você encontrou desafios logo nos primeiros meses de atuação?
- Como é/foi a sua interação com colegas homens e com colegas mulheres? Há diferenças significativas de tratamento ou de acesso a oportunidades?
- Como você descreve a relação com os colegas homens na Câmara?
- Como é/foi a sua relação com os funcionários homens da Câmara?
- Como é a sua relação com outras mulheres na Câmara?
- A sua rotina dentro e fora da Câmara mudou muito após assumir o mandato? Se sim, quais foram os aspectos de sua vida que mudaram?
- Como você percebe as diferenças de obstáculos que mulheres e homens enfrentam na política?
- Você recebe/recebia apoio de outras mulheres dentro e fora da Câmara de Pelotas durante as atividades políticas?
- Que tipo de apoio ou rede foi mais importante para que você pudesse atuar politicamente?
- Você contou com o uso de leis de cotas para mulheres para sua entrada na política como vereadora?

- Na sua opinião, as leis de cotas para mulheres, como a lei 9.504, são eficazes? Por quê?
- Você acredita que essas cotas têm mais aspectos positivos ou negativos?
- Você recebeu apoio financeiro do partido ao qual é/era filiada para sua candidatura? Se sim, considera que esse valor foi suficiente para desempenhar suas atividades de campanha? Pode explicar como isso impactou sua atuação?
- O que você considera necessário para que as condições para as mulheres na política sejam mais igualitárias que as dos homens?
- Houve barreiras informais ou “não escritas” que impactaram sua atuação política? Como você lidou com elas?
- Você percebe alguma diferença na forma como projetos liderados por mulheres são recebidos em comparação aos liderados por homens?
- Que estratégias você utilizou para superar dificuldades ou barreiras institucionais e sociais?
- Há elementos ou ferramentas que você acredita que poderiam facilitar a atuação de outras mulheres na política local?
- Você considera que há dificuldades intra-partidárias com as mulheres dentro dos partidos ao qual você é/era filiada?
- Que conselhos daria para outras mulheres que desejam se candidatar ou atuar politicamente?

5.3 Análise das Entrevistas

As entrevistas foram analisadas a partir de categorias temáticas construídas com base nos aspectos recorrentes identificados nos relatos das participantes. Essa organização possibilita compreender, de forma integrada, às diferentes experiências das vereadoras, evidenciando tanto elementos comuns quanto especificidades de suas trajetórias e atuações. Para isso, a análise foi estruturada nas seguintes categorias: trajetórias de inserção na política, recursos financeiros, violência política de gênero, barreiras institucionais, conciliação entre vida pessoal e mandato, relações de gênero e permanência na política e políticas de cotas de gênero. A partir dessas categorias, os depoimentos são discutidos, buscando compreender os fatores que influenciam o acesso, a permanência e o exercício do mandato pelas mulheres na política.

5.3.1 Recursos Financeiros

A limitação de recursos financeiros foi apontada pelas entrevistadas números 1 (PSDB), 6 (PSB) e 7 (PSB) como um fator que dificulta a disputa eleitoral, sobretudo pelos custos envolvidos nas campanhas e pela dificuldade de competir em condições de igualdade. Esses relatos demonstram que o acesso desigual aos recursos econômicos constitui uma barreira estrutural à participação política das mulheres, corroborando com as discussões de Biroli (2018) sobre a desigualdade de gênero no acesso a espaços de poder.

Segundo a entrevistada número 1 (PSDB), além de considerar o financiamento o maior obstáculo para sua atuação política, ela recebeu menos apoio financeiro do que os vereadores homens:

> *"O maior obstáculo que tem dentro da política é a falta de recursos do governo. Porque a gente quer fazer as coisas, a gente tem boas ideias, a gente quer mudar as coisas e não consegue por causa de recursos. Esse, é o maior obstáculo dentro da política."*
>
> *"Eu recebi um pouco de ajuda do partido. Mas eu sei de vários homens que receberam quatro, cinco, dez vezes mais que eu. E muitos nem se reelegeram. Eu ganhei muito. E homens ganharam, trinta, quarenta, cinquenta mil, enquanto eu ganhei, digamos, oito. E outros quarenta, cinquenta, cem mil. Estavam concorrendo da mesma forma que eu"*.

A entrevistada número 5 (PSol) afirmou ter recebido pouco apoio financeiro dos partidos, sendo obrigada a utilizar recursos próprios para custear sua campanha. Além da insuficiência de recursos, as entrevistadas chamaram atenção para a desigualdade na distribuição do fundo partidário, apontando que as mulheres continuam recebendo menos investimentos que os homens. A entrevistada de número 7 (PSB) menciona:

> *"As mulheres precisam ter dinheiro para campanha tanto quanto os homens, mas infelizmente ainda não é assim que funciona. Os partidos ou melhor os deputados são quem decidem quanto de valor vai para cada candidato, então é bem injusto ainda a desigualdade de distribuição do fundo partidário".*

A entrevistada número 6 (PSB) declarou: *"Recebi um valor ínfimo, que não cobriu. Meus custos eleitorais, eu coloquei dinheiro do bolso na época para ele, para me eleger. Foi um valor ínfimo, assim".*

Em conjunto, os dados são unânimes ao identificar que a insuficiência de recursos financeiros ultrapassa dificuldades individuais e representa uma barreira

institucional à participação política de mulheres. A distribuição desigual de recursos partidários, aliada à necessidade de recorrer a redes de apoio ou recursos próprios, limita a competitividade de candidaturas femininas e contribui para a permanência da sub-representação em espaços de poder.

5.3.2 Trajetórias de inserção na política

As entrevistas permitem identificar diferentes aspectos relacionados à trajetória política das vereadoras, desde as motivações, o ingresso na política até os desafios enfrentados durante o mandato. Para facilitar a análise, os relatos foram organizados em categorias temáticas, reunindo experiências semelhantes. Dessa forma, os depoimentos são apresentados de maneira integrada, destacando convergências e particularidades das experiências das entrevistadas.

5.3.2.1 Engajamento em causas sociais e comunitárias

Parte significativa das entrevistadas, quatro delas, como a de número 7 (PSB), número 1 (PSDB), número 5 (PSol), número 6 (PSB) e número 8 (PT), destacaram que sua entrada na política foi motivada pelo envolvimento prévio em causas sociais e pela percepção de demandas não atendidas pelo poder público. Entre essas experiências, destacam-se a atuação na causa animal, na assistência social, no movimento sindical, na educação e no Conselho Tutelar. Em comum, essas trajetórias demonstram que a candidatura surgiu como uma forma de ampliar a capacidade de intervenção em pautas já defendidas anteriormente.

A entrevistada de número 1 (PSDB) relatou que decidiu concorrer após perceber a ausência de políticas públicas voltadas à proteção animal: *"A gente conseguiu fazer várias leis que hoje são sancionadas [...] Não tinha nada aqui na cidade, nenhuma lei, nada assim, tudo bem precário."*

Para a entrevistada de número 7 (PSB), a causa animal também foi sua bandeira de luta. Ela menciona que suas expectativas iniciais estavam voltadas para a transformação real da situação dos animais de modo geral.

> *“As expectativas eram mudar as vidas dos animais, conseguimos avançar bastante, destinar muitas emendas, trazer castramóvel, fazer com que os resgates dos cavalos funcionassem, mas confesso que ser oposição me fizeram criar muitas barreiras e ter muitos projetos barrados e retaliações políticas impossibilitando que muitos projetos fossem colocados em prática”.*

A entrevistada de número 6 (PSB) afirmou que sua candidatura surgiu do trabalho desenvolvido junto às comunidades em situação de vulnerabilidade: *"Eu resolvi concorrer à época pelo amor que eu sempre tive pelas pessoas [...] foi a necessidade e a carência da população mais pobre que me fez ir adiante."*

A entrevistada de número 7 (PSB), como recomendação, encoraja as mulheres a se envolverem com antecedência em causas sociais e a desenvolverem uma trajetória política antes mesmo de se candidatar.

> *“A mulher para se candidatar tem que ter alguma bandeira que ela defenda seja por afinidade ou algo que ela já defenda. Não deve esperar as eleições. Deve ter redes sociais e ir divulgando suas lutas, informações sobre a sua bandeira, projetos sociais que ajudem a população. Ter caráter e boa índole é parte da bagagem”.*

Da mesma forma, as entrevistadas de número 5 (PSol) e número 8 (PT) apontaram que suas experiências no movimento sindical na educação e no Conselho Tutelar constituíram a base de sua formação política possibilitando maior compreensão das demandas sociais e do funcionamento das instituições públicas.

5.3.2.2 Formação política e militância

As entrevistadas de número 4 (PT), número 5 (PSol) e número 8 (PT) demonstraram possuir uma trajetória política consolidada antes mesmo da candidatura. Seus relatos demonstram participação em movimentos estudantis, sindicais e organizações políticas, destacando uma inserção construída de forma gradual e vinculada ao engajamento coletivo.

A entrevistada de número 4 (PT) destacou: *"Desde jovem eu já tinha esse olhar sobre a política [...] depois fui para a faculdade e me envolvi com o movimento estudantil."* A de número 5 (PSol) mostra um percurso político alicerçado em experiências anteriores de participação social e comunitária, especialmente em sua atuação no conselho tutelar, na área educacional e no movimento sindical.

> *“Antes de assumir o cargo de vereadora, a minha trajetória política se deu fora de partido político, eu concorri ao conselho tutelar, eu não era afiliada, nem gostava muito de política institucional, tinha uma certa aversão, mas sempre fui de esquerda, sempre fui bem-posicionada nos meus ideais, mas não participava da política institucional, nem de partidos. Depois do conselho tutelar, eu comecei a atuar na educação, que é a minha área, e comecei a participar da luta sindical. Então, a partir dessa experiência, não só essa, mas o próprio conselho tutelar me ajudou muito a ver o que significa essa burocracia estatal, o que é o Estado em si, e, como delegada sindical, ver as lutas da classe trabalhadora, sentir isso e*

> *vivenciar isso de uma forma mais orgânica, isso foi o que me deu a base para poder, hoje, estar ocupando a Câmara de Vereadores."*

A entrevistada de número 8 (PT) afirmou que sua candidatura representava a continuidade de uma trajetória construída na representação de trabalhadores da educação: "*Minha expectativa é que a gente tivesse um papel importante na construção de políticas para a educação na nossa cidade."*

Esses relatos associaram a atuação política a uma formação ideológica consistente e ao compromisso com a promoção da justiça social, compreendendo a política como instrumento de transformação da realidade.

5.3.2.3 Convicções pessoais e religiosas

Em uma das entrevistas, a entrada na política foi compreendida como resultado de uma vocação fundamentada na religiosidade. A entrevistada de número 2 (PL) atribuiu a sua eleição a um propósito divino e entende o mandato como uma missão voltada à transformação social. *"Eu acredito que para tudo tem um propósito de Deus na nossa vida [...] Deus tinha um propósito para a minha vida."*

Para superar dificuldades no ramo político, como falta de recursos financeiros, a entrevistada número 2 (PL) conta que se apoiou em suas crenças: "*Houve muitas barreiras, mas eu lidei orando e me esforçando e buscando o que era certo e ainda que me prejudicasse, mas eu posso dizer que eu deixei uma história muito boa para trás".*

Mesmo partido de uma vocação focada na religiosidade, distinta das demais entrevistadas, sua expectativa também estava relacionada à melhoria das condições de vida da população e à promoção de mudanças sociais.

5.3.2.4 Inserção por oportunidade política

Nem todas as trajetórias foram resultado de um projeto político previamente estruturado. Algumas entrevistadas, de número 2 (PDT) e número 5 (PSol) relataram que ingressaram na disputa eleitoral em razão da necessidade dos partidos de preencher a cota mínima de candidaturas femininas. Uma delas (número 2 [PDT]) afirmou: *"Na época faltava, tinha que ter mulheres [...] então eu fui candidata para preencher as vagas das mulheres."*

Ainda, a ausência de motivação inicial também se reflete em suas expectativas e no exercício do cargo. A entrevistada número 2 (PDT) fala que não

possuía objetivos claros ao assumir a função de vereadora, destacando uma atuação mais passiva e limitada à participação em votações de acordo com suas convicções pessoais:

> *"Eu logo que entrei, não tinha objetivo nenhum, porque eu não queria ser vereadora. Então, eu fui praticamente para ajudar. Tanto que eu nunca subi na tribuna, porque se fosse para ir a tribuna e falar bobagem, era melhor ficar sentada na minha cadeira. E aí, se aparecesse alguma coisa, algum projeto que eu achava que era importante para a cidade, eu votava. Por isso que eu te disse ali que eu não fui neutra. Não fui oposição. Votava contra quando minha consciência achava que aquilo era errado, e votava a favor quando achava que era certo".*

Apesar disso, descreveu que sua experiência foi marcada por episódios de fortes tensões, como em uma situação em que ela quase foi agredida por colegas de bancada e demais conflitos políticos. A entrevistada relata situações de pressão e intimidação por parte de outros vereadores, especialmente em momentos decisórios, como votações importantes.

No relato da entrevistada número 5 (PSol), a candidatura também ocorreu por incentivo do partido, que buscava ampliar a participação feminina, embora a expectativa inicial estivesse voltada mais ao fortalecimento do projeto político coletivo do que propriamente à conquista de um mandato.

Tais relatos apresentam que, embora a legislação de cotas tenha ampliado a presença feminina nas eleições, em alguns casos ela ainda resulta em candidaturas inicialmente pouco planejadas, que posteriormente podem se consolidar por meio de experiência política.

5.3.2.5 Expectativas em relação ao mandato

Independentemente das diferentes formas de ingresso na política, as entrevistadas de número 5 (PSol), número 1 (PSDB), número 2 (PL), número 7 (PSB), número 8 (PT) e número 9 (PT) compartilharam expectativas semelhantes quanto ao exercício do mandato. Predominaram objetivos relacionados à transformação social, à defesa de grupos específicos, à construção de políticas públicas e à representação da população.

Entre os principais resultados mencionados estão o avanço de políticas voltadas à proteção animal, à educação, aos direitos sociais e à ampliação do debate sobre a participação das mulheres na política. Ao mesmo tempo, algumas entrevistadas, como a de número 3 (PDT) e número 1 (PSDB), relataram frustrações

decorrentes da burocracia, da oposição política e das limitações institucionais para implementar suas propostas.

5.3.3 Desafios e barreiras à participação política feminina

As entrevistas analisadas a seguir demonstraram que, apesar das diferentes trajetórias de inserção na política, as vereadoras compartilham desafios semelhantes no exercício do mandato. Os relatos foram organizados em categorias temáticas que abordam as principais barreiras identificadas, como violência política de gênero, obstáculos institucionais, conciliação entre vida pessoal e mandato e desigualdades relacionadas à permanência das mulheres nos espaços de representação política.

5.3.3.1 Violência política de gênero

A violência política de gênero foi citada como uma das barreiras mais recorrentes nas entrevistas. As entrevistadas de número 1 (PSDB), número 3 (PDT), número 5 (PSol), número 8 (PT) relataram que essa violência nem sempre ocorre de forma explícita, manifestando-se por meio de comentários, insinuações, deslegitimação de suas ações e cobranças mais severas em comparação aos homens. Em comum, as entrevistadas destacam que essas situações dificultam o exercício do mandato, comprometem a divulgação de suas pautas e reforçam a desigualdade entre homens e mulheres no ambiente legislativo.

A entrevistada de número 1 (PSDB) destacou que esse tipo de violência está presente nas sessões da Câmara, embora muitas vezes seja praticado de forma velada:

> *“Passei por muitos desafios, uma porque eu sou mulher, então a violência de gênero, não adianta, aqui dentro tem, sim. Não precisa esconder porque ela é falada na Câmara quando está em sessão pública, está sendo transmitida. Mas é uma violência muitas vezes ali dentro disfarçada, ela é dando indireta, falando e fazendo alguma coisa”*.

A entrevistada número 1 (PSDB) também afirmou que, apesar de manter uma relação cordial com os colegas, percebe um tratamento diferenciado direcionado às mulheres e uma maior articulação entre os parlamentares homens, especialmente em uma Câmara composta majoritariamente por vereadores do sexo masculino. Segundo ela: *"A princípio eu não tenho nenhum problema de relação com eles, porque eu sou uma pessoa calma, tranquila, não faço ataques contra eles. Ao*

contrário. Mas ao contrário, acontecem comigo." Ela também relatou que os vereadores homens aprovaram uma resolução que limitava a divulgação de sua principal pauta nas redes sociais, interpretando essa medida como uma estratégia para enfraquecer sua atuação política: *"Os vereadores homens se reuniram e votaram uma resolução para me proibir de postar animais que precisam de ajuda nas redes sociais [...] Então esse tipo de coisa [...] é um exemplo típico de violência política de gênero."*

Entre os relatos, também estão presentes episódios de pressão e intimidação durante o exercício do mandato. A entrevistada de número 3 (PDT) relatou ter sido cercada por colegas após uma votação, afirmando que sofreu forte pressão por não seguir o posicionamento esperado por determinado grupo político: "*Eles queriam me pressionar, porque eles achavam que eu tinha obrigação de votar com eles e eu não votava contra, eu votava de acordo com aquilo que eu acreditava."*

Além disso, a entrevistada destacou que sua autonomia política era frequentemente colocada em segundo plano devido às constantes associações com um familiar que também atuava na política, dificultando o reconhecimento de sua identidade e legitimidade como parlamentar. Também foram relatadas situações de interrupções durante as falas, deboche e invisibilização da atuação feminina. A entrevistada número 5 (PSol) descreveu o ambiente legislativo como marcado pela dificuldade de diálogo com colegas homens e pela ocorrência de práticas misóginas: *"A relação com os colegas homens na Câmara [...] é muito deboche [...] sempre teve vereadores que não escutam, que interrompem, que tomam a voz [...] A violência política de gênero ocorre muito direto."*

Para além da violência simbólica e verbal, algumas entrevistadas relataram episódios de perseguição política (entrevistada número 6 [PSB]) e estratégias voltadas ao enfraquecimento de sua permanência no cargo (entrevistada número 7 [PSB]), demonstrando que as barreiras enfrentadas pelas mulheres ultrapassam as normas formais e se manifestam também por meio de práticas informais de exclusão.

Em conjunto, os relatos evidenciam que a violência política de gênero constitui um obstáculo recorrente à atuação das vereadoras, manifestando-se por meio de mecanismos explícitos e sutis que limitam sua autonomia, dificultam a implementação de suas pautas e exigem constante reafirmação nos espaços de poder.

A entrevistada número 8 (PT) também reconheceu a existência da misoginia e da violência política como obstáculos à participação feminina, ressaltando que as mulheres enfrentam avaliações mais rigorosas e precisam constantemente reafirmar sua legitimidade para ocupar espaços de poder. Ela relacionou essas desigualdades ao processo de impeachment sofrido pela ex-presidenta Dilma Rousseff, interpretando-o como um episódio marcado pela violência política de gênero.

5.3.3.2 Barreiras institucionais

Além das desigualdades de gênero, as entrevistas abordam dificuldades relacionadas ao funcionamento das instituições políticas. Duas das entrevistadas, como as de número 5 (PSol), número 7 (PSB), relataram que a apresentação de projetos depende de negociações políticas e do alinhamento com o governo, limitando a autonomia parlamentar. Também foram mencionadas dificuldades na execução de emendas e na implementação de políticas públicas, sobretudo quando a vereadora pertence à oposição.

Uma dessas entrevistadas, a de número 7 (PSB) afirmou que, diante dessas limitações, passou a recorrer a mecanismos institucionais, como o Ministério Público, para viabilizar algumas demandas. A entrevistada de número 1 (PL) destacou que muitas vezes boas ideias deixam de ser implementadas em razão da burocracia e dos interesses políticos presentes na administração pública.

5.3.3.3 Conciliação entre vida pessoal e mandato

Outro desafio identificado refere-se à conciliação entre a vida pessoal e a atuação política. A entrevistada de número 6 (PSB) relatou que iniciou seu mandato durante a gestação e precisou levar o filho para a Câmara de Vereadores, conciliando cuidados maternos com as atividades parlamentares em virtude da impossibilidade de afastar-se do trabalho.

A entrevistada de número 8 (PT) também destacou que a rotina política tornou-se ainda mais intensa com a necessidade de manter presença constante nas redes sociais, acumulando o trabalho legislativo com a exposição pública e a comunicação permanente com a população. A entrevistada: *"Tudo que é feito é preciso ser mostrado também [...] isso causa um acúmulo grande para a gente."*

As entrevistadas de número 5 (PSol), número 7 (PSB), número 4 (PT) e número 6 (PSB) evidenciaram que a dupla jornada de trabalho constitui um dos

principais desafios enfrentados pelas mulheres na política. As entrevistadas destacaram a dificuldade de conciliar as atividades do mandato com as responsabilidades familiares e domésticas, especialmente sobre a maternidade, apontando que essa sobrecarga recai de forma desproporcional sobre as mulheres. Embora a entrevistada número 7 (PSB) não tenha identificado diferenças significativas no tratamento entre homens e mulheres dentro da Câmara, reconhecem que a conciliação entre vida pública e as responsabilidades familiares representa um desafio específico para a atuação feminina. A entrevistada número 4 (PT), número 5 (PSol) e número 6 (PSB) ressaltaram a importância das redes de apoio, dos movimentos sociais e das bases comunitárias como elementos fundamentais para sustentar o exercício do mandato.

Essas entrevistadas descreveram o exercício do mandato como uma atividade intensamente cansativa, marcada pela dedicação integral, exposição pública constante e impactos na vida pessoal e familiar. Especificamente a entrevistada número 6 (PSB) relata que a sobrecarga de responsabilidade pode resultar em sofrimento psicológico, manifestado por episódios de cansaço extremo e desgaste emocional.

Esses relatos demonstram que as instituições políticas ainda apresentam dificuldades para acomodar as demandas específicas vivenciadas por mulheres, especialmente aquelas relacionadas à dupla jornada e à maternidade, ampliando os desafios para sua permanência nos espaços de representação.

5.3.3.4 Relações de gênero e permanência na política

As entrevistas também revelaram diferentes percepções sobre as relações de gênero no ambiente político. Enquanto a entrevistada de número 7 (PSB) afirma não perceber diferenças significativas entre homens e mulheres em sua atuação, bem como a de número 2 (PL), que acredita que homens e mulheres têm as mesmas oportunidades na política, outras reconheceram que a inserção feminina continua marcada por obstáculos que vêm desde a estrutura. São os relatos das demais entrevistadas: número 3 (PDT), número 6 (PSB), número 9 (PT), número 8 (PT), número 5 (PSol), número 1 (PSDB) e número 4 (PT).

A entrevistada de número 3 (PDT) observou que a presença feminina muitas vezes decorre apenas da obrigatoriedade das cotas eleitorais, sem que exista incentivo efetivo para sua participação. A entrevistada de número 9 (PT) destacou

que as mulheres precisam demonstrar preparo técnico e conhecimento constantemente para conquistar respeito em um ambiente predominantemente masculino.

Também surgiram percepções distintas sobre relações interpessoais na Câmara. A entrevistada de número 6 (PSB) relatou ter aprendido muito com colegas homens, mas afirmou enfrentar maior dificuldade de relacionamento com mulheres, mencionando episódios de rivalidade e pouca cooperação.

Para a entrevistada de número 1 (PSDB), os ataques aos quais as mulheres são submetidas, ainda que velados, dificultam e inviabilizam seu trabalho e não contribuem para a divulgação da sua pauta principal, indicando também que entende que tais questões são intencionais, e tem o intuito direto de prejudicar e dificultar seu trabalho. A sub-representação feminina é relatada por ela como um elemento central, considerando a composição da Câmara, com apenas 2 mulheres entre 21 vereadores. Ela diz que, apesar de ter um bom relacionamento com todos os vereadores, sente que o tratamento é diferente para homens e mulheres, além de uma maior articulação e união entre os vereadores homens, uma vez que estão em menor número. Segundo ela (número 1 [PSDB]):

> *“A princípio eu não tenho nenhum problema de relação com eles, porque eu sou uma pessoa calma, tranquila, não faço ataques contra eles. Ao contrário. Mas ao contrário, acontecem comigo”.*
>
> *“Eu me dou com todos os vereadores, mas a gente sabe que existe uma diferença que eles fazem com as mulheres e entre eles. Isso aí tem uma grande diferença. Tanto que teve uma resolução agora em dezembro contra o meu mandato. Os vereadores homens se reuniram e* votaram uma *resolução para me proibir de postar animais que precisam de ajuda nas redes sociais, que daí isso me impede de fazer políticas públicas” [...]*
>
> *“Então esse tipo de coisa que ocorre [...] é um exemplo típico de violência política de gênero”.*

5.3.4 Cotas de gênero

Quanto à Lei de cotas de gênero na política, a entrevistada número 1 (PSDB) se mostrou crítica, uma vez que interpreta que são utilizadas apenas para o cumprimento formal sem possibilidades de participação efetiva no âmbito político. Porém, afirma não ter presenciado situações de descumprimento em seu mandato.

A entrevistada número 2 (PL) também se mostra contrária à Lei, descrevendo que as mulheres devem conquistar seu espaço por mérito próprio. Nas palavras

dela: *“Eu não sou a favor de cotas, eu acho que nós temos que enfrentar com aquilo que nós temos e aquilo que nós somos. Foi o que eu fiz, aquilo que eu tinha, aquilo que eu fiz, eu entreguei.”*

A entrevistada de número 3 (PDT) também não é a favor dessa ação afirmativa, defendendo uma lógica baseada no mérito individual. Para ela, a conquista de espaços políticos deve ocorrer a partir da iniciativa pessoal e merecimento, e não por meio de mecanismos institucionais. Essa visão é acompanhada de uma crítica ao “vitimismo”, sugerindo que as dificuldades enfrentadas pelas mulheres estariam mais influenciadas a atitudes individuais do que a desigualdades estruturais.

A entrevistada de número 6 (PSB) compartilha do ponto de vista crítico das demais, considerando as cotas ineficazes na prática, já que, segundo ela, frequentemente são utilizadas apenas para atender a exigências legais, sem comprometimento real com o fortalecimento das candidaturas femininas. *“As cotas não são eficazes, porque elas não são verdadeiras. Porque elas vêm para sugerir uma representatividade de gênero que, na prática, não existe”.*

As entrevistadas de número 4 (PT), número 5 (PSol) e número 7 (PSB) ainda que reconheçam a importância das cotas de gênero, apontam limitações dessa política. A de número 4 (PT) reconhecendo tanto sua importância para ampliar a participação das mulheres quanto suas limitações, principalmente no seu uso estratégico por parte de partidos. Ainda assim, considera que tais mecanismos são precisos para evitar retrocessos e garantir avanço na representação das mulheres.

Já as entrevistadas de número 5 (PSol) evidencia a sua importância como uma ferramenta de inserção das mulheres na política, mostrando que essas iniciativas, na verdade, forçam os partidos a considerar candidaturas femininas. Mas também aponta algumas limitações, principalmente à real ocupação de cargos, argumentando que é preciso implementar medidas mais eficazes para garantir uma representação feminina mais relevante.

A entrevistada número 7 (PSB) expressa uma avaliação ambivalente. Reconhece a importância histórica dessas cotas para assegurar a presença feminina na política, mas também crítica a sua aplicação no cotidiano, falando sobre a presença de candidaturas fictícias "laranjas", usando mulheres para atender a requisitos legais

Somente as entrevistadas de número 8 (PT) e 9 (PT) não criticam a Lei. Para a de número 8, a opinião é inteiramente positiva, pois ela a entende como uma ferramenta essencial para aumentar a participação feminina, admite a importância da obrigatoriedade de candidaturas e da alocação de recursos financeiros específicos, considerando que essas medidas são fundamentais para a democratização do acesso à política. Segundo a entrevistada de número 8 (PT):

> [...] *Então existe isso, existe hoje em dia no financiamento da campanha também as cotas para as mulheres, então eu pude fazer uso disso. Eu acho muito importante todas as políticas que a gente faz para as mulheres, para as minorias, elas são eficazes, especialmente se a gente está num partido que respeita essas políticas, e dentre essas há de cotas, então eu que elas sim têm mais aspectos positivos do que negativos. Eu tenho dificuldade, na verdade, de dizer algum aspecto negativo da cota. Para mim, as cotas trazem só aspectos positivos."*

A de número 9 (PT) defende que a permanência das mulheres na política requer um esforço maior aos dos homens, apresentando uma perspectiva favorável às políticas de cotas, reconhecendo seu valor histórico frente às desigualdades que têm impactado fortemente nas trajetórias das mulheres. Segundo ela, existe uma "dívida histórica", e a sub-representação feminina como fruto de processos sociais e culturais. A entrevistada número 9 (PT) observa que há uma cultura que delega aos homens posições de liderança e às mulheres papéis subordinados, levando a constrangimentos e restrições na atuação feminina. *"Ainda o mundo cria homens para a superioridade e o comando, e as mulheres para submissão"*.

Nos relatos fica evidente que, embora as experiências individuais sejam distintas, a permanência das mulheres na política continua exigindo maior preparo, resistência e estratégias de enfrentamento diante de barreiras que permanecem presentes nos espaços institucionais.

De modo geral, os relatos demonstram que, embora haja divergências quanto à efetividade das cotas de gênero, existe consenso de que a participação feminina na política ainda enfrenta obstáculos de ordem estrutural. As diferenças entre as entrevistadas concentram-se, sobretudo, na avaliação sobre a capacidade das ações afirmativas de promover mudanças concretas na representação política das mulheres.

Em conjunto, as entrevistas demonstraram que a participação da mulher na política da Câmara de Vereadores de Pelotas é marcada por barreiras que vão além do ingresso nos espaços de representação. As diferentes trajetórias mostram que a

atuação das vereadoras é atravessada por obstáculos relacionados ao acesso desigual a recursos financeiros, à violência política de gênero, às limitações institucionais, às dificuldades de conciliar a vida pessoal com o exercício do mandato e às distintas percepções sobre as políticas de cotas. Apesar dessas barreiras, os relatos também demonstram estratégias de resistência, redes de apoio e o compromisso das entrevistadas com a defesa de suas pautas e com a ampliação da participação feminina na política. Dessa forma, as entrevistas corroboram a literatura discutida ao longo desta pesquisa ao salientar que a sub-representação das mulheres resulta de fatores estruturais, institucionais e culturais que ainda condicionam seu acesso, permanência e exercício pleno dos mandatos políticos.

6. Discussão dos resultados

Os partidos políticos são um dos principais objetos de pesquisa da Ciência Política, fundamentalmente em estudos voltados à representação política e ao funcionamento das democracias. Para Bobbio (1998) e Santos (2001), os partidos são compreendidos como instituições elementares para a organização da competição eleitoral, bem como para recrutar lideranças e para ocupação dos cargos públicos por meio de eleições. Por esse ângulo, compreender a trajetória das mulheres que exerceram mandato na Câmara Municipal pelotense requer considerar quais são as organizações partidárias às quais estiveram vinculadas. Isso porque os partidos representam o principal acesso para a disputa eleitoral e para exercer a representação política.

No caso dessa dissertação, o levantamento realizado identificou que 11 mulheres que foram parlamentares entre 2000 e 2024 em Pelotas estavam atribuídas a 7 legendas partidárias diferentes. Observa-se uma maior concentração em duas agremiações (PT e PSB), as quais são responsáveis, cada uma, por cerca de 27,3% das parlamentares, enquanto as demais mulheres estavam distribuídas entre outros cinco partidos (PL, PSDB, PDT, PSol, PP), cada um representando cerca de 9,1% do universo de análise. Tal diversidade indica que a presença feminina do Legislativo local não esteve totalmente associada a uma única orientação partidária, e sim foi construída por diferentes organizações políticas ao longo dos anos.

Esse debate dialoga com o que foi discutido por Braga e Pimentel Junior (2011), ao destacar que, ainda que exista debate acerca da diminuição da

identificação partidária entre os eleitores, os partidos seguem desempenhando papel fundamental na estruturação das disputas eleitorais e no acesso aos cargos de representação. Conforme os autores, o partidarismo permanece como um componente importante para a decisão do voto e para a organização da competição política, de forma a influenciar a formação das preferências dos eleitores e a construção das carreiras políticas.

Em se tratando dessa pesquisa, a distribuição das vereadoras em diferentes legendas demonstra que o ingresso das mulheres no Legislativo municipal ocorreu por meio de diferentes estruturas partidárias, o que indica que as oportunidades de acesso à representação política não estiveram concentradas em apenas um partido. Ao mesmo tempo, a predominância de duas legendas sugere que determinadas agremiações apresentam capacidade maior de recrutar, lançar e eleger candidaturas femininas durante o período em análise, aspecto que reforça a importância do partido como instituições mediadoras da representação política.

Essa discussão também ratifica as definições de Bobbio (1998), ao compreender que partidos são organizações que atuam na esfera do poder político, bem como por Santos (2001), que enfatiza a função partidária de selecionar candidatos aptos a disputar eleições e ocupar cargos públicos. Portanto, a análise da distribuição de partidos das vereadoras é um elemento relevante para compreender as trajetórias femininas no Legislativo de Pelotas, demonstrando que o acesso das mulheres aos cargos nessa esfera é condicionado pelas escolhas do eleitorado, como também pelas estratégias de recrutamento, apoio e inserção desenvolvidas pelos diferentes partidos. Contudo, os partidos políticos também podem ser locais de manifestação da desigualdade de gênero no campo político.

A Organização Internacional do Trabalho (2016) descreve a desigualdade de gênero como um fator persistente no mercado de trabalho global, assim como seus impactos nas oportunidades, no tratamento e nos resultados sociais. Destaca também que, nas últimas duas décadas, os avanços femininos no âmbito educacional não se traduziram em uma melhoria equivalente a sua situação trabalhista. A sub-representação feminina no espaço político é um reflexo das desigualdades de gênero diante de diferentes dificuldades vivenciadas.Para Junqueira (2025), a invisibilidade feminina é uma questão do cotidiano social brasileiro. Consequência de séculos de preconceitos, barreiras culturais e sociais e

da visão tradicional e machista enraizada na sociedade brasileira e global, a qual persiste no mundo contemporâneo.

Antes de avançar, cabe destacar que a igualdade entre gêneros é um direito assegurado expressamente pela Constituição Federal (Brasil, 1988), que no artigo 5º, relativo aos Direitos Fundamentais,assegura de forma expressa e:

> Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: I - **Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações,** nos termos desta Constituição.

É justamente nesse contraste entre igualdade na lei e desigualdade social que esta pesquisa observa na prática política de Pelotas. Os dados do TSE trazidos nas tabelas deste capítulo permitiram entender a evolução da participação das mulheres na política de Pelotas em 20 anos, e demonstraram que o número de candidatas aumentou mais do que o de eleitas, todos de maneira insuficiente. Sobre as entrevistadas, o perfil social é predominante de mulheres que entraram na política entre 31 e 60 anos, maioria de mães, que relataram esse ponto como importante nas suas vidas cotidianas, junto com as tarefas domésticas e de cuidado. Três das nove entrevistadas possuem ensino superior e quatro pós-graduação, outras duas concluíram o ensino fundamental ou médio. Foram descritas diferentes portas de entrada, desde a atuação profissional, militância sindical ou em partido político, engajamento social e outras vias, com ativismo animal.

A análise das entrevistas revelou também padrões que vão além dos dados numéricos do TSE, um primeiro padrão são as vias de entrada na política, com poucas entrevistadas demonstrando uma trajetória linear nos partidos políticos desde a juventude, a maioria descreveu uma candidatura que decorreu de ejamentos anteriores em outros tipos de frentes, como causa animal, sindicalismo, educacional, conselho tutelar, fé, comunidades, o que Agnes Heller (2000) ajuda a refletir como as condições de possibilidade para candidaturas que emergem das relações cotidianas. Outro ponto é a presença, repetidamente, da violência política contra as mulheres, mesmo que entendida de diferentes formas por elas, descreveram hostilidades, interrupções, deboches, pressões e até momentos de tentativas de restrição do trabalho, por meios diferentes, também relataram formas veladas e necessidade constante de provar a sua competência, precisando escolher palavras com cuidado por causa da interpretação dos colegas. Mesmo com

diferentes percepções, existe um padrão, o que dialoga com Silva e Fernandes (2022) sobre a questão cotidiana e naturalizada da violência política contra a mulher. Outra coisa que foi bastante relatada foram as dificuldades para acessar recursos financeiros para campanhas, várias entrevistadas descreveram ter recebido menos do que candidatos homens do mesmo partido, também relataram cobrança desigual para projetos ao mesmo tempo com maior dificuldade para aprovação. Sacchet (2020) mostrou esse ponto e ajuda a refletir por que o número de candidatas é maior do que o de eleitas.

Sobre as cotas de gênero, as entrevistas revelaram diferentes avaliações e entendimentos, algumas vereadoras entendem como uma ferramenta importante para a democracia no acesso à política, defendendo também a fiscalização das fraudes e o combate a candidaturas laranjas e violências, outras se posicionaram contra as cotas, defendendo uma lógica baseada no mérito individual e associando as dificuldades das mulheres na política a questões pessoais. Isso mostra a complexidade do tema e reforça a necessidade de estudos sobre política local. Por fim, outro padrão importante é o papel das redes de apoio, família, comunidade, grupos religiosos, sindicais ou de mulheres, como um ponto central para a entrada e atuação das mulheres na política. Porém, uma das entrevistadas relatou o contrário descrevendo que tinha uma boa relação com os colegas homens e maior dificuldade com as colegas mulheres, limitando a generalização.

Os dados conjuntos confirmam Corrent (2022, p. 332) sobre o valor da história oral, pois é por meio dessas fontes que se constata efetivamente que as mulheres são detentoras de uma história que visibiliza suas vivências, coisa que os números sozinhos não conseguem transmitir. Os dados do TSE mostram o avanço numérico das candidaturas de mulheres em Pelotas e as entrevistas mostram as barreiras que explicam os números baixos. Além disso, apenas uma se identifica como negra. Tudo isso demonstra que a sub-representação feminina na Câmara de Vereadores de Pelotas não pode ser entendida só por números baixos, pois as narrativas do cotidiano das vereadoras evidenciam barreiras de recursos financeiros, violência, de sobrecargas de cuidado com a família e pouco tempo, questões raciais, além de destacarem o papel importante das redes de apoio. São pontos que devem ser levados em conta para tratar a desigualdade política de gênero no município.

7. Considerações Finais

A pesquisa visou abordar a participação das mulheres na política local, explorando a sub-representação numérica e as trajetórias, experiências e percepções de vereadoras que foram eleitas entre 2000 e 2024 na cidade de Pelotas, partindo-se da constatação simples mas persistente de que mesmo com a lei de cotas e avanços ao longo das últimas décadas, a presença de mulheres na Câmara de Vereadores de Pelotas permaneceu muito abaixo da presença de homens, e também da proporção delas na população. Nesse sentido, reuniu-se diversas evidências para entender a participação das mulheres na política local da cidade.

A reconstrução histórica da formação política de Pelotas evidenciou que a Câmara Municipal nasceu de um espaço que se concentrou nas mãos da elite branca proprietária de recursos e masculina, e que essa condição inicial produziu um padrão de baixa renovação desse perfil que está ativo até hoje, situando isso no quadro mais amplo da cidadania das mulheres no Brasil, que foi marcada por interrupções e avanços, demonstra-se que o Brasil e Pelotas avançaram na representação descritiva e não na substantiva. Ao adotar a teoria do cotidiano de Heller (2000) para interpretar e a história oral para coletar os dados qualitativos, foram demonstradas as práticas, rotinas e relações que atravessam o dia a dia das vereadoras. Os dados do TSE mostram que o número de candidaturas para vereadoras em Pelotas até cresceu, mas a eleição permanece baixa, demonstrando que o cumprimento numérico das cotas não garante sozinho a eleição.

As entrevistas mostraram também que a entradas das mulheres na política de Pelotas raramente decorreu de uma trajetória linear e planejada nesse meio, a maioria chegou à candidatura por meio de outros engajamentos anteriores, como causa animal, sindicatos, educação, conselho tutelar, fé, que confirmam a utilidade da perspectiva de Heller de que é no plano das práticas cotidianas que se constroem as condições de possibilidade para as candidaturas, ou outras condições e vida. Também mostraram a forte presença de violência política contra a mulher, de maneiras diferentes entre elas, além das desigualdades para acessar recursos financeiros, e sobrecarga de trabalho de cuidado, com divergências importantes no entendimento das cotas de gênero.

Esses resultados mostram que a lei de cotas de gênero cumpriu o que prometeu quando ampliou as candidaturas femininas, mesmo que ainda não seja

cumprida de fato pelos partidos políticos, mas não foi suficiente para combater a sub-representação na eleição de mulheres na política de Pelotas. Assim, como contribuição a pesquisa buscou compreender a questão da representação política de mulheres no âmbito local, do município, com dados eleitorais e história oral. Ao dar voz às nove vereadoras de Pelotas, a pesquisa reconheceu que elas são detentoras de uma história e de um conhecimento sobre a política local que os registros do TSE sozinhos não cobririam.

Diante disso, esta pesquisa demonstra que o combate à sub-representação das mulheres na política de Pelotas não depende só das cotas de gênero, mas também de outras medidas, como aquelas que foram citadas aqui. Priorizar as vozes das mulheres sustenta a construção mais igualitária da democracia e o reconhecimento delas como sujeitos políticos que merecem representação política e podem transformar esse meio.

Referências

ÁLVARES, Luísa Cristina Vasconcelos Marimon. **Violência política de gênero no Distrito Federal**: uma análise da efetividade da lei nº 14.192/21 e da atuação legislativa das deputadas de 2011 a 2026. 2023. Relatório final de pesquisa de Iniciação Científica (Assessoria de Pós-Graduação e Pesquisa) - Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2023. Disponível em: https://www.gti.uniceub.br/pic/article/viewFile/9501/5645?utm_source. Acesso em: 10 nov. 2025.

ARAÚJO, Clara. Potencialidades e limites da política de cotas no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 1, p. 231-252, 2001. DOI: https://doi.org/10.1590/S0104-026X2001000100014 Disponível em: https://www.scielo.br/j/ref/a/V75SLT5r9DFZgHYJkfKqGXg/?lang=pt Acesso em: 11 jun. 2026.

ARAÚJO, Clara. Rotas de ingresso, trajetórias e acesso das mulheres ao legislativo – um estudo comparado entre Brasil e Argentina. **Revista Estudos Feministas, Florianópolis**, v. 18, n. 2, p. 567–584, 2010.

ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi. Gênero e a distância entre a intenção e o gesto. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 21, n. 62, p. 45-68, 2006. DOI: https://doi.org/10.1590/S0102-69092006000300003 Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/wBw6Kdj3Dc9qdNmvqqjNP6d/?lang=pt Acesso em: 11 jun. 2026.

ARAÚJO, Rafaela dos Santos Aguiar. **Violência política de gênero contra a mulher no Brasil**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2020. Disponível em: https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/prefix/14831. Acesso em: 10 nov. 2025.

ÁVILA, Cristiane Bartz de; RIBEIRO, Maria de Fátima Bento; RIBEIRO, Ângela Mara Bento. História e memórias: traços de territórios negros em Pelotas/RS. **RELACult – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v. 4, p. 1-10, 2018. DOI: https://doi.org/10.23899/relacult.v4i0.776 Disponível em: https://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/776. Acesso em: 31 mar. 2026

AZEVEDO, Karina Silveira. **Danças Afro-Brasileiras:** um estudo sobre as abordagens de ensino desenvolvidas no CASCE ODARA e na Cia. de Dança Afro Daniel Amaro. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Dança) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2013. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/danca/files/2014/06/KARINA-SILVEIRA-AZEVEDO-PR%C3%89-TEXTUAIS.pdf https://wp.ufpel.edu.br/danca/files/2014/06/KARINA-SILVEIRA-AZEVEDO-TEXTUAIS.pdf Acesso em: 11 jun. 2026.

BARRETO, Álvaro Augusto de Borba. Tão diferentes e sempre iguais: resultados e significados das eleições para prefeito de Pelotas (1968-2012). *In:* RUBIRA, Luís.

(org.). **Almanaque do Bicentenário de Pelotas**. Pelotas: Pró-cultura-RS, 2015. p. 163-184.

BARSTED, Leila. Lei Maria da Penha: uma experiência bem-sucedida de advocacy feminista. *In:* CAMPOS, Carmen Hein de (org.). **Lei Maria da Penha comentada na perspectiva jurídico-feminista.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

BIROLI, Flávia. Divisão sexual do trabalho e democracia. **DADOS - Revista de Ciências Sociais**, v. 59, n. 3, p. 719-754, 2016. DOI: https://doi.org/10.1590/00115258201690 Disponível em: https://www.scielo.br/j/dados/a/kw4kSNvYvMYL6fGJ8KkLcQs/?lang=pt Acesso em: 11 jun. 2026.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades:** limites da democracia no Brasil. Boitempo Editorial, 2018.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e política**: uma introdução. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

BOBBIO, Norberto. **Direito e Estado no pensamento de Norberto Bobbio**: Igualdade e liberdade. Organização de Celso Lafer. São Paulo: UNESP, 1995. 2 v.

BOBBIO, Norberto. Partidos Políticos. *In:* **Dicionário de política I.** BOBBIO, Norberto, MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Tradução Carmen C, Varriale. Coord. tradução João Ferreira. Revisão geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacais. 1. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. 1 v.

BOGDAN, Robert.; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em Educação.** 12 ed. Portugal: Porto Editora, 2013.

BORBA, Julian. Participação política: uma revisão dos modelos de análise. **Revista Sociologia e Política**, v. 20, n. 44, p. 111-130, 2012. DOI: https://doi.org/10.1590/S0102-69922012000200004 Disponível em: https://www.scielo.br/j/se/a/HGGyvD6DN8HJJhB8kTnbznQ/?format=html&lang=pt Acesso em: 11 jun. 2026.

BOURDIEU, Pierre. O campo político. **Revista brasileira de ciência política**, n. 5, p. 193-216, 2011.

BRADY, H. E. Political participation. *In*: Robinson, J. P., Shaver, P. R., & Wrightsman, L. S. (Eds.). **Measures of political attitudes**. San Diego: Academic Press, 1999. p. 737-801.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa; PIMENTEL JUNIOR, Jairo. Os partidos políticos brasileiros realmente não importam? **Revista Opinião Pública**, v. 17, n. 2, 2011, p. 271-303. Disponível em: https://www.cesop.unicamp.br/vw/1I07GMDM_MDA_e0c18_/v17n2a1.pdf Acesso em: 23 jul. 2026.

BRASIL. Eleições 2022: mulheres são a maioria do eleitorado brasileiro. **Tribunal**

Superior Eleitoral, 23 fev. 2025b Disponível em: https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Julho/eleicoes-2022-mulheres-sao-a-maioria-do-eleitorado-brasileiro?utm_source= Acesso em: 11 jun. 2026.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Quem foi a primeira mulher a se eleger prefeita no Brasil? Brasília: TSE, 2024a. Disponível em: https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2024/Agosto/quem-foi-a-primeira-mulher-a-se-eleger-prefeita-no-brasil. Acesso em: 9 jul. 2026.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 11 jun. 2026.

BRASIL. **Lei nº 9.100, de 29 de setembro de 1995.** Estabelece normas para a realização das eleições municipais de 3 de outubro de 1996, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1995]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9100.htm.

BRASIL. **Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997**. Estabelece normas para as eleições. Brasília: Presidência da República, 1997. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9504.htm. Acesso em: 11 jun. 2026.

BRASIL. **Lei nº 12.034, de 29 de setembro de 2009**. Altera as Leis nos 9.096, de 19 de setembro de 1995, 9.504, de 30 de setembro de 1997, e 4.737, de 15 de julho de 1965. Brasília, DF: Presidência da República, [2009].

BRASIL. **Mais mulheres na política**. 2. ed. Brasília: Senado Federal / Procuradoria Especial da Mulher / Câmara dos Deputados / Secretaria da Mulher, 2015. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/510155 Acesso em: 11 jun. 2026.

BRASIL. **Resolução nº 23.607, de 17 de dezembro de 2019**. Dispõe sobre a arrecadação e os gastos de recursos por partidos políticos e candidatas ou candidatos e sobre a prestação de contas nas eleições. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2019. Disponível em: https://www.tse.jus.br/legislacao/compilada/res/2019/resolucao-no-23-607-de-17-de-dezembro-de-2019?utm_source= Acesso em: 11 jun. 2026.

BRASIL. Rousseff, Dilma Vana. **Arquivo Nacional**, 20 jul. 2020. Disponível em: https://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/rousseff-dilma-vana. Acesso em: 11 jun. 2026.

BRASIL. **Lei nº 14.192, de 4 de agosto de 2021**. Estipula normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 2021.

BRASIL. **Sistema de Informações de Gênero (SIG):** cruzamento de candidaturas. Tribunal Superior Eleitoral, [2024?]. Disponível em: https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-candidaturas/cruzamento-de-candidaturas.

Acesso em: 11 jun. 2026.

BRASIL. TSE Mulheres: portal reúne estatísticas sobre eleitorado e participação feminina na política. **Tribunal Superior Eleitoral**, 23 fev. 2025a Disponível em: https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Janeiro/tse-mulheres-portal-reune-estatisticas-sobre-eleitorado-e-participacao-feminina-na-politica?utm_source= Acesso em: 11 jun. 2026.

BURKE, Peter. **História e teoria social**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

CARDOZO, José Carlos da Silva. Reflexões sobre a abordagem macro e micro na história. **Mneme - Revista de Humanidades**, v. 11, n. 28, p. 31-46, 2010. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/1045 Acesso em: 11 jun. 2026.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano:** artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994

CORRENT, Nikolas. História oral & história das mulheres: entre silenciamentos e memórias. **História e Cultura**, v. 11, n. 1, p. 325-339, 2022. Disponível em: https://ojs.franca.unesp.br/index.php/historiaecultura/article/view/3558/3182 Acesso em: 11 jun. 2026.

COSSI, Rafael Kalaf. Stoller e a psicanálise: da identidade de gênero ao semblante lacaniano. **Estudo de Psicanálise**, n. 49, p. 31-43, 2018. Disponível em: https://www.cbp-rj.org.br/n49a03.pdf Acesso em: 11 jun. 2026.

COSTA, Ana Alice Alcantara. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Gênero**, v. 5, n. 2, p. 9-35, 2005. DOI: https://doi.org/10.22409/rg.v5i2.380 Disponível em: https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31137 Acesso em: 11 jun. 22026.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory, and antiracist politics. **University of Chicago Legal Forum**, v. 1989, p. 139–167, 1989. Disponível em: https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1052&context=uclf Acesso em: 11 jun. 2026.

Dantas, Humberto; Ribeiral, Tatiana. Participação Política e Direitos Políticos no Brasil. No livro: Política no Brasil. 2015. **Dantas, Humberto; Ribeiral, Tatiana. Participação Política e Direitos Políticos no Brasil**, 2015.

DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. Coordenação de textos de Carla Bassanesi. São Paulo: Contexto, 1997.

DEMARTINI, Z. B. F. Trabalhando com relatos orais: reflexões a partir de uma trajetória de pesquisa. *In:* LANG, A.B.S. G. (Org.)**. Reflexões sobre a pesquisa sociológica**. São Paulo: FFLCH/CERU, 1992. p. 42-60. (Coleção Textos, n. 3).

DOMINGUES, Mariele Afonso. As mulheres na Câmara Municipal de Pelotas: uma análise acerca dos projetos de lei ordinária propostos pelas vereadoras durante a

20° Legislatura 2017-2020. 2024. 98 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) — Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2024.

FERREIRA, Laura Senna. **Reestruturação produtiva:** mudanças e permanências no mundo do trabalho e empresarial da indústria conserveira na região de Pelotas – Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. Disponível em: repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/92098/249839.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 27 maio 2026.

FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tania Maria; ALBERTI, Verena. **História oral:** desafios para o século XXI. Rio de Janeiro, RJ: Editora Fiocruz, 2000. Disponível em: https://books.scielo.org/id/2k2mb Acesso em: 11 jun. 2026.

FONSECA, Júnior; FACHIN, Zulmar. A participação da mulher na política brasileira: obstáculos e desafios. **Revista Estudos Políticos**, v .9 , n. 2, p. 3 -23, dez. 2018. DOI: https://doi.org/10.22409/rep.v9i18.40572 Disponível em: https://periodicos.uff.br/revista_estudos_politicos/article/view/40572 Acesso em: 11 jun. 2026.

FRASER, Nancy. Reenquadrando a justiça em um mundo globalizado. **Lua Nova**, n. 77, p. 11-39, 2009. DOI: https://doi.org/10.1590/S0102-64452009000200001 Disponível em: https://www.scielo.br/j/ln/a/BJjZvbgHXyxwYKHyJbTYCnn/abstract/?lang=pt Acesso em: 11 jun. 2026.

FUNDO eleitoral e tempo de rádio e TV devem reservar o mínimo de 30% de candidaturas femininas, afirma TSE. **Associação dos Advogados de São Paulo**, 23 maio 2018. Disponível em: http://www.tse.jus.br/imprensa/noticiastse/2018/Maio/fundo-eleitoral-e-tempo-de-radi o-e-tv-devem-reservar-o-minimo-de-30-para-candidaturas-femininas-afirma-tse. Acesso em: 16 out. 2025.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história.** São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HISTÓRICO da cidade de Pelotas. **Viva o Santa**, 9 jul. 2009. Disponível em: https://vivaosanta.wordpress.com/2009/07/09/historico-da-cidade-de-pelotas/. Acesso em: 8 mai. 2026.

HOGEMANN, Edna Raquel. Conquistas das mulheres no Brasil: a linha do tempo das leis e políticas públicas. **Revista Do Ministério Público Militar**, v. 51, n. 45, p. 173–206, 2024. DOI: 10.5281/zenodo.14203720 Disponível em: https://revista.mpm.mp.br/rmpm/article/view/429 Acesso em: 11 jun. 2026.

HUNTINGTON, Samuel. P.; NELSON, Joan. M. **No easy choice**: political participation in developing countries. Cambridge: Harvard University Press, 1977.

HTUN, Mala N.; JONES, Mark P. Engendering the right to participate in decision-making: electoral quotas and women’s leadership in Latin America. In:

Gender and the politics of rights and democracy in Latin America. London: Palgrave Macmillan UK, 2002. p. 32-56.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pelotas (RS). **IBGE**, 2025. Disponível em https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/pelotas.html . Acesso em: 31 mar. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2022: panorama dos indicadores. **IBGE**, 2022. Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/indicadores.html?localidade=N2%5B4%5D&comparacao=4314407&tema=1 . Acesso em: 20 maio 2026.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Patrimônio vivo**. **Pelotas - RS.** Brasília: IPHAN / Programa Monumenta, 2007. (Série Preservação e Desenvolvimento). Disponível em: https://bibliotecadigital-web.iphan.gov.br/server/api/core/bitstreams/4944c39c-56d9-47c3-91f8-bdbb244d30af/content Acesso em: 11 jun. 2026.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE PELOTAS. Aspectos geográficos de Pelotas. **IHDPel**, [2014?]. Disponível em: https://ihgpel.wordpress.com/aspectos-geograficos/. Acesso em: 11 jun. 2026.

JUNQUEIRA, Katia. Sub-representatividade feminina na política brasileira. **Revista Justiça Eleitoral em Debate**, v. 10, n. 1, 2025. Disponível em: https://apps.tre-rj.jus.br/site//gecoi_arquivos/202007291640_arq_157670.pdf. Acesso em: 11 jun. 2026.

KING, Gary; KEOHANE, Robert O.; VERBA, Sidney. **Projetando pesquisa social**: inferência científica em pesquisa qualitativa. Nova Jersey: Princeton University Press, 1994.

LANDERDAHL, Maria Celeste; ROSO, Adriane.Gestão de políticas públicas em gênero e raça: a transversalidade em curso. SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 10, 2013, Florianópolis. **Anais eletrônicos do Seminário Internacional Fazendo Gênero.** Florianópolis: UFSC, 2013. Disponível em: http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/site/anaiscomplementares. Acesso em: 10 out. 2025.

LEITE, Fernanda. Representação política feminina e participação das mulheres no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 23, p. 101–126, 2017.

LEITE, Crislayne Moura; GUNDIM, Wagner Wilson Deiró. A participação da mulher na política brasileira e a efetividade das cotas partidárias. **Resenha Eleitoral**, v. 23, n. 1, p. 139-164, 2019. DOI: https://doi.org/10.53323/resenhaeleitoral.v23i1.98 Disponível em: https://resenhaeleitoral.tre-sc.jus.br/revista/article/view/98 Acesso em: 11 jun. 2026.

LEMOS, Daniel. HISTÓRIA DE PELOTAS: A POLÍTICA COMO SUJEITO OCULTO. **Anais do XV EEH-História & Resistências**, 2020.

LIMA, Graziela Escandiel de. **Cotidiano e trabalho pedagógico na educação de crianças pequenas**: produzindo cenários para a formação de pedagogos. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010. Disponível em: https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/3660#preview-link0 Acesso em: 11 jun. 2026.

LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena Almeida; MAGALHÃES, Mário Osorio (org.). **Dicionário de História de Pelotas**. 3. ed. Pelotas: Editora da UFPel, 2023. Disponível em:https://www.researchgate.net/publication/371563749_Dicionario_de_Historia_de_Pelotas. Acesso em: 31 mar. 2026.

LOVENDUSKI, Joni; NORRIS, Pippa. Westminster women: the politics of presence. **Political Studies**, v. 51, p. 84-102, 2003. DOI: https://doi.org/10.1111/1467-9248.00414 Disponível em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/1467-9248.00414 Acesso em: 11 jun. 2026.

LUCENA, Célia. A arte da História Oral: dialogando com a memória. História Oral, v. 27, n. 2, p. 36-55, 2024.

MACHADO, Mônica Sapucaia. Democracia participativa: é legítima sem as mulheres? MUNDO DE MULHERES E SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO, 13, 11,2017, Florianópolis. **Anais Eletrônicos Mundo de Mulheres e Seminário Internacional Fazendo Gênero**. Florianópolis: UFSC, 2017. Disponível em: https://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1498770438_ARQUIVO_fazendogenero.pdf. Acesso em: 11 jun. 2026.

MACHADO, Monica Sapucaia; ANDRADE, Denise de Almeida. Políticas públicas e ações afirmativas: um caminho (ainda) possível na busca pela igualdade e justiça de gênero no Brasil? **Espaço Jurídico Journal of Law**, v, 22, n. 2, p. 351-376, 2022. DOI: https://doi.org/10.18593/ejjl.27309 Disponível em: https://periodicos.unoesc.edu.br/espacojuridico/article/view/27309/17324 Acesso em: 11 jun. 2026.

MAGALHÃES, Fernando. **A cidade de Pelotas**. 3 ed. Organização e notas de Mário Osório Magalhães. Pelotas: Armazém Literário, 1997. 2 v.

MAGALHÃES, Mário Osório. História política de Pelotas. *In:* GUTIERREZ, Ester Judite Bendjouya (org.). **Dicionário de História de Pelotas**. Pelotas: Editora da UFPel, 2012. p. 57-64.

MAIA, João; DOMINGUES, Claudia**.** Narrativas do cotidiano: as mulheres constroem histórias. CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 38, 2015, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação***.* Rio de Janeiro: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2015. Disponível em: https://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-0885-1.pdf Acesso em: 11 jun. 2026.

MANCKEL, Maria Cecilia Martins. **O trabalho de pedagogas nos cotidianos de uma escola de educação infantil:** sentidos e historicidade. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/7089/MANCKEL%2C%20MARIA%20CECILIA%20MARTINS.pdf?sequence=1&isAllowed=y Acesso em: 11 jun. 2026.
MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. **Bertha Lutz:** ação feminista e sistema político brasileiro (1929-1937*).* Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2016.

SANTOS, André Luiz Marenco dos. Sedimentação de lealdades partidárias no Brasil: tendências e descompassos. **Revista Brasileira De Ciências Sociais**, v. 16, n. 45, p. 69-83, 2001. DOI: https://doi.org/10.1590/S0102-69092001000100004 Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/TKGvxtsmgWVZtrrg56nmWvL/?format=html&lang=pt Acesso em: 23 jul. 2026.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes; MELO, Hildete Pereira de. Os direitos civis das mulheres casadas no Brasil entre 1916 e 1962: ou como são feitas as leis. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, n. 2, p. 463-488, 2008. DOI: https://doi.org/10.1590/S0104-026X2008000200008 Disponível em: https://www.scielo.br/j/ref/a/mkBHYrM8HVHMbwHsYTDmzKz/. Acesso em: 9 maio 2026.

MARTELOTTE, Lucía. 25 anos de aplicação de leis de cotas na América Latina. Um balanço da participação política das mulheres. **Sur - Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 24, n. 13, p. 91-98, 2016. Disponível em: https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2017/02/8-sur-24-por-lucia-martelotte.pdf Acesso em: 11 jun. 2026.

MEIRA, Chéli Nunes *et al*. Experiências de trabalho no Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas: o arquivo pessoal de Mário Osório Magalhães. **Revista Do Instituto Histórico e Geográfico Do Rio Grande Do Sul**, n. 152, p. 175-194, 2017. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/revistaihgrgs/article/view/66754 Acesso em: 11 jun. 2026.

MENDES, Andréa Peres. **Labirinto de cristal:** mulheres, carreira e maternidade - uma conciliação possível? Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: https://tede2.pucsp.br/handle/handle/20561?utm_source=. Acesso em: 11 jun. 2026.

MEIRELES, Fernando; ANDRADE, Luciana Vieira Rubim. Magnitude eleitoral e representação de mulheres nos municípios brasileiros. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, v. 25, n. 63, p. 79-101, set. 2017. DOI: 10.1590/1678-987317256304. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rsocp/a/vfzS7XjQH6rGrTFQpMRSkTD/?lang=pt. Acesso em: 9 jul. 2026.

MATOS, Marlise. A sub-representação política das mulheres na chave de sua subteorização na ciência política. Mulheres, Poder e Política: a experiência do Brasil e do Canadá, v. 1, p. 22-54, 2011.

PIEGAS, Cíntia. “De 1832 até 1993, a Câmara de Vereadores de Pelotas teve apenas sete mulheres ocupando o cargo de vereadoras”: entrevista com a historiadora Lorena Gill. A Hora do Sul, Pelotas, 25 fev. 2026. Disponível em: https://ahoradosul.com.br/conteudos/2026/02/25/de-1832-ate-1993-a-camara-de-vereadores-de-pelotas-teve-apenas-sete-mulheres-ocupando-o-cargo-de-vereadoras/. Acesso em: 9 jul. 2026.

MIGUEL, Luis Felipe. **Democracia e representação:** territórios em disputa. 1. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

MILBRATH, L. W. **Political Participation**. Chicago: RandMcNally, 1965.

MILANO, Danielly Jardim. As manifestações da violência política de gênero no Brasil: uma análise dos casos representados pelo GT-VPG de 2021 a 2023. 2024. 120 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2024. Disponível em: https://guaiaca.ufpel.edu.br/xmlui/handle/prefix/14137. Acesso em: 08 jul. 2026.

MOREIRA E SILVA, Manoel. **A Câmara Municipal de Pelotas e seus vereadores (1853–1860)**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História Licenciatura) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/historia/files/2020/04/Manoel-Moreira-e-Silva.pdf. Acesso em: 11 jun. 2026.

MOSS, Willian. *et al*. **La Historia Oral**. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1991.

MUNIZ, Gustavo Paula. **Carreira e ambição política dos vereadores**: uma análise dos municípios de Santos-SP e Pelotas-RS (1988-2012). Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018. Disponível em: https://pergamum.ufpel.edu.br/pergamumweb/vinculos/0000bf/0000bf59.pdf. Acesso em: 26 out. 2025.

NÓBREGA, Afrânio de Medeiros. A relevância da história oral para dar voz aos sujeitos excluídos da história oficial. SEMINÁRIO INTERNACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA, 3, 2019. **Anais eletrônicos do Seminário Internacional Fontes Documentais e Pesquisa Histórica**. Campina Grande: UFCG, 2019. Disponível em: https://dspace.sti.ufcg.edu.br/bitstream/riufcg/35135/1/A%20RELEV%C3%82NCIA%20DA%20HIST%C3%93RIA%20ORAL%20PARA%20DAR%20VOZ%20-%20III%20SEMIN%C3%81RIO%20NACIONAL%20FONTES%20HIST%C3%93RICAS%20GT%206%202019.pdf . Acesso em: 27 maio 2026.

NOREMBERG, Alessandra; ANTONELLO, Isabelle Pinto**.** A trajetória feminina na política brasileira. SEMINÁRIO NACIONAL DEMANDAS SOCIAIS E POLÍTICAS

PÚBLICAS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA, 12, 2016. **Anais Seminário Nacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea**. Santa Cruz do Sul, RS: Universidade de Santa Cruz do Sul, 2016. Disponível em: online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/snpp/article/view/14579. Acesso em: 27 maio 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher.** Pequim: ONU Mulheres, 1995. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/declaracao_beijing.pdf. Acesso em: 27 maio 2026.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Mulheres no trabalho:** tendências 2016. Genebra: OIT, 2016.

PELOTAS. **Função e Definição**. Câmara Municipal de Pelotas, 2025. Disponível em: https://www.pelotas.rs.leg.br/institucional/funcao-e-definicao. Acesso em: 10 nov. 2025.

PELOTAS. **Regimento Interno.** Câmara Municipal de Pelotas, 2010. Disponível em: https://www.pelotas.rs.leg.br/institucional/funcao-e-definicao. Acesso em: 10 nov. 2025.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história.** Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 2005.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PITKIN, Hanna F. **The concept of representation**. Berkeley: University of California Press, 1967.

PHILLIPS, Anne. **The politics of presence**. Oxford: Clarendon Press, 1995.

PORTELLI, Alessandro. História oral e poder. **Mnemosine**, v. 6, n. 2, p. 2-13, 2010. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/mnemosine/article/download/41498/28767. Acesso em: 11 jun. 2026.

PREVISÃO de sobra na Câmara Municipal de Pelotas é de R$4 milhões para 2021. **Diário da Manhã**, 12 de abril de 2021. Disponível em: https://diariodamanhapelotas.com.br/site/previsao-de-sobra-na-camara-municipal-de-pelotas-e-de-r-4-milhoes-para-2021/ Acesso em: 10 jun. 2026.

RESENDE JR., José Ricardo. **“Infâncias de sal e areia”: uma história das crianças escravizadas em Pelotas e Rio Grande (1820-1870).** Porto Alegre: Mundo Acadêmico, 2023.

RIBEIRO, Clarissa de Lima Costa. **A sub-representação das mulheres na política brasileira e o consequente enfraquecimento da democracia**. Dissertação

(Mestrado em Direito) - Universidade de Brasília, Brasília, 2024. Disponível em: https://www.repositorio.unb.br/bitstream/10482/48645/1/ClarissaDeLimaCostaRibeiro_DISSERT.pdf. Acesso em: 8 nov. 2025.

SALVATICI, S. Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. **História Oral**, v. 8, n. 1, p. 29-42, 2005. Disponível em: https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/114. Acesso em: 11 jun. 2026.

SARTORI, Giovanni. **A teoria da democracia revisitada** I - O debate contemporâneo. São Paulo: Editora Ática, 1994.

SCHULZ, Rosangela; MORITZ, Maria Lúcia. Mulheres vitoriosas na política: estudo comparativo entre as candidaturas ao cargo de deputado estadual no RS em 2010. **Sociologias**, v. 17, p. 370-402, 2015. DOI: https://doi.org/10.1590/15174522-017003921 Disponível em: https://www.scielo.br/j/soc/a/dhtK8SS5J5r4nt4PrmmVQnC/abstract/?lang=pt Acesso em: 11 jun. 2026.

SILVA, Ana. Empoderamento feminino e autonomia econômica. **Revista de Estudos Feministas**, v. 32, n. 2, p. 10-25, 2024.

SILVA, C. F. *et al.* A teorização acerca de um conceito: o cotidiano nas pesquisas em educação. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, v. 18, n. 1, p. 1-24, 2025. DOI: 10.55905/revconv.18n.1-039. Disponível em: https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/14312. Acesso em: 27 maio. 2026.

SILVA, Juliana da; FERNANDES, Mariana. Mulheres na política: desafios à representação e à democracia no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v. 30, n. 1, 2022.

SOUSA SÁ, Sérvula Isadora de; SANTOS, Maria Laura Lopes. A sub-representatividade feminina na política e a Lei de Cotas. **Âmbito Jurídico**, 5 dez. 2019. Disponível em: https://ambitojuridico.com.br/a-sub-representatividade-feminina-na-politica-e-a-lei-de-cotas/. Acesso em: 11 jun. 2026.

TELLES, Maria Amélia. **Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios**. São Paulo: Editora Alameda, 2018.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. Tradução de Lolio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

TOLEDO, Cláudia Mansani Queda de; JARDIM, Neymilson Carlos. A baixa representatividade feminina na política: obstáculo a ser vencido na democracia brasileira. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia**, v. 47, n. 1, p. 318-333, 2019. DOI: https://doi.org/10.14393/RFADIR-v47n2a2019-45713 Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/revistafadir/article/view/45713 Acesso em: 11 jun. 2026.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Estatísticas eleitorais. Perfil das candidaturas. Disponível em: https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/seai/r/sig-eleicao/home?session=17112009236550. Acesso em: jul. 2026.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS. Primeiro partido feminista do Brasil. **TRE-GO**, 2024. Disponível em: https://apps.tre-go.jus.br/memorial/?page_id=11046. Acesso em: 8 maio 2026.

VARGAS, Jonas Moreira. A aristocracia do sebo: riqueza, prestígio social e estilo de vida entre os charqueadores de Pelotas (Rio Grande do Sul, 1850-1890). **Estudios Históricos**, v. 17, p. 1-23, 2016.

VERBA, Sidney; NIE, Norman H. **Participation in America**: political democracy and social equality. New York: Harper & Row Publishers, 1972.